



Interações Culturais

José Cirillo

Universidade Federal do Espírito Santo
Secretaria de Ensino a Distância

Artes Visuais
Licenciatura

Iniciar
>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Ensino a Distância

Interações Culturais

José Cirillo

UFES – Vitória
2019

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação

Abraham Weintraub

Diretoria de Educação a Distância**DED/CAPES/MEC**

Carlos Cezar Modernel Lenuzza

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO****Reitor**

Reinaldo Centoducatte

Secretária de Ensino a Distância – SEAD

Maria José Campos Rodrigues

Diretor Acadêmico – SEAD

Júlio Francelino Ferreira Filho

Coordenadora UAB da UFES

Maria José Campos Rodrigues

Coordenador Adjunto UAB da UFES

Júlio Francelino Ferreira Filho

Diretor do Centro de Artes (CAR)

Paulo Sérgio de Paula Vargas

**Coordenador do Curso de Graduação
Licenciatura em Artes Visuais – EAD/UFES**

Erick Orloski

Revisor de Linguagem

Andrea Antolini Grijó

Designer Educacional

Juliana de Souza Silva Almonfrey

Design Gráfico

Laboratório de Design Instrucional – SEAD

SEAD

Av. Fernando Ferrari, nº 514
CEP 29075-910, Goiabeiras
Vitória – ES
(27) 4009-2208

Laboratório de Design Instrucional (LDI)**Gerência**

Coordenação:
Letícia Pedruzzi Fonseca
Equipe:
Fabiana Firme
Luiza Avelar

Diagramação

Coordenação:
Thaís André Imbroisi
Equipe:
Débora de Oliveira

Ilustração

Coordenação:
Priscilla Garone

Fotografia da Capa

José Cirillo

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)
Bibliotecária: Perla Rodrigues Lôbo – CRB-6 ES-000527/O

C578i

Cirillo, José, 1964-

Interações culturais [recurso eletrônico] / José Cirillo. - Dados eletrônicos. - Vitória : Universidade Federal do Espírito Santo, Secretaria de Ensino a Distância, 2018.
64 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7772-412-3

Modo de acesso: <Disponível no ambiente virtual de aprendizagem – Plataforma Moodle>

1. Cultura. 2. Arte - Educação. 3. Comunicação e cultura. I. Título.

CDU: 7:37



Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir deste trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam ao autor o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

A reprodução de imagens nesta obra tem caráter pedagógico e científico, amparada pelos limites do direito de autor, de acordo com a lei nº 9.610/1998, art. 46, III (citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra). Toda reprodução foi realizada com amparo legal do regime geral de direito de autor no Brasil.

Clique nas marcas abaixo para acessar os sites das instituições:

Atenção

ESTE ARQUIVO É UM PDF INTERATIVO: no rodapé de todas as páginas você encontra botões para navegar entre as páginas, voltar ao Sumário ou pular entre capítulos.

Para conseguir utilizar todas essas interatividades, sugerimos que leia esse arquivo no programa *Adobe Acrobat Reader DC*, disponível para *download* no link <https://get.adobe.com/br/reader/>.

Evite ler esse material no seu navegador de Internet. Instale o programa sugerido no seu computador e **boa leitura!**

DEPOIS DA SUA LEITURA, ficaríamos felizes com o seu retorno sobre a qualidade desse material. Reporte algum erro ou dificuldade que teve em sua utilização, ou mesmo nos dê um elogio!

Vá para nosso questionário clicando sobre essa frase.



Laboratório
de Design Instrucional

Sumário

- 6 Apresentação
- 7 Introdução
- 12 **Unidade 1 - Cultura e Sociedade**
 - 13 Capítulo 1 - Da natureza à cultura
 - 19 Capítulo 2 - A natureza da cultura
 - 25 Capítulo 3 - Homem, sociedade e cultura
- 32 **Unidade 2 - Cultura, Comunicação e Poder**
 - 33 Capítulo 4 - Cultura e comunicação
 - 42 Capítulo 5 - Cultura e poder
- 49 **Unidade 3 - Cultura e ensino das artes**
 - 50 Capítulo 6 - Artes Visuais: uma perspectiva inclusiva
 - 54 Capítulo 7 - Grupos de aprendizagem: interações possíveis
- 61 Bibliografia
- 64 Sobre o autor

Apresentação

Iniciamos mais uma disciplina do curso de Licenciatura em Artes Visuais, modalidade EAD: Interações Culturais, que está pautada, como as demais, nos princípios da autoinstrução e da flexibilidade de horários para a realização das atividades acadêmicas da graduação, de modo a possibilitar que o curso seja realizado considerando a complexidade diária dos cursistas e a assegurar um menor deslocamento de suas localidades aos centros de formação universitária no Espírito Santo. Acreditamos que assim viabilizaremos a fixação do arte educador no interior do estado. Desse modo, melhora-se a formação geral do profissional do ensino da arte, garantindo instrumentos para que ele cumpra o seu papel como agente facilitador do processo de transformação e de valorização das culturas regionais.

Esta disciplina será ministrada por mim, Professor José Cirillo, Doutor em Comunicação e Semiótica (PUC-SP), Mestre em Educação (UFES) e graduado em Artes (UFU). Durante os últimos anos, tenho desenvolvido pesquisas sobre as interações da cultura e da memória no processo de criação nas artes e na formação da identidade psicossocial de crianças, jovens e adultos em sistemas de ensino formais e informais.

Ao longo do desenvolvimeto da disciplina, para que os conteúdos sejam trabalhados de modo significativo, garantindo a profundidade da formação, assim como as reflexões sobre cultura, educação e sociedade, serão utilizadas ferramentas interativas que permitirão que os estudos se dêem nos mais diferentes ambientes de aprendizagem, entre esses, a própria realidade cultural do aluno. Assim, no decorrer da disciplina, o cursista deverá interagir com o material impresso, com os CDs e DVDs diversos, com o material de leitura digital e exercícios disponíveis na Plataforma Virtual de Aprendizagem, bem como com os experimentos, vivências e orientações presenciais nos laboratórios de arte na rede de aprendizagem formada pelos Pólos Regionais e nos Crea@ds ligados ao NEA@D/UFES e à coordenação do curso de Artes Visuais.

Esperamos que todos cumpram as atividades de modo a contribuir para o sucesso de nosso papel como arte educadores no estado, representando as particularidades regionais na constituição de nossa identidade cultural capixaba.

Bom trabalho para todos!

Professor José Cirillo

Introdução ao curso de

Interações Culturais

Em algum ponto da evolução, o homem adquiriu consciência de si mesmo, e de suas relações com os outros seres humanos conscientes de si mesmos. (Herbert Read)

O estudo da diversidade é o principal foco da maioria dos estudos epistemológicos¹ da atualidade, na tentativa de melhor compreender a configuração das transformações sociais em curso. Definitivamente, o mundo vive hoje a falência total dos ideais liberalistas que conduziram toda a modernidade. A promessa da “Nova Era”, que não se cumpriu, contribuiu para o esboço de uma profunda crise de conceitos e valores que, potencializada pela globalização — tornada sensível por meio dos meios de comunicação — espalhou estilhaços de um discurso pós-moderno, cujo tema central é o debate acerca da diferença, seja essa cultural, étnica, biológica ou mesmo econômica.

A tão desejada transformação mundial, por meio do desenvolvimento tecnológico, científico e estrutural, não permitiu nem a construção de uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária, muita menos a real interação de interesses particulares e coletivos, em função de um devir primado na opção pelo convívio social. As promessas sociais posicionaram-se no caminho contrário dos avanços tecnológicos, trouxeram uma degradação

¹ Epistemologia se refere à teoria do conhecimento. Estudos epistemológicos em um determinado campo investigativo buscam constituir o campo conceitual do fenômeno ou objeto investigado. Para maiores esclarecimentos sobre o assunto, consulte: ABBGANANO (2000, p. 952–953).

da qualidade de vida e esgotaram a esperança de que o homem encontre respostas para o conflito de sua existência nos pressupostos humanistas e racionalistas que moldaram os dois últimos séculos. Assim, em nome do desenvolvimento, presenciou-se o agravamento das desigualdades sociais, culturais e econômicas. O sonho iluminista acabou. O pote de ouro não estava no fim do arco-íris.

Neste momento, vivemos um instante de falência das instituições. Assim, é preciso agir considerando a possibilidade da ação. Vê-se que mais que uma imobilidade diante da incapacidade, ou mais que a descrença na possibilidade de mudança, e mesmo mais que o “carpe diem” existencialista, é necessário transformar a náusea em crença; vislumbrar e compreender essa crise; e ver o que ela tem a mostrar e a ensinar. É preciso edificar novas alternativas de vida que não sufoquem o desejo de solidariedade inerente ao ser humano enquanto ser social e vencer não mais as grandes guerras, mas as pequenas batalhas do dia a dia (VEIGA NETO, 1995).

É preciso ver, na dialética² da ação humana, como essa crise e o vazio por ela deixado são necessários para o novo ponto de partida, e assim encontrar

² O termo “dialética” deriva da ideia de diálogo, porém não existe um conceito unívoco do termo. Em termos coloquiais, podemos pensar a dialética da ação humana como a compreensão de que essa ação se configura como interlocução, mediada pela percepção de que não há um modo único e eterno de se apreender um determinado fato, é preciso mediar sua percepção a partir de pontos que estão no outro, e não apenas no meu modo de percebê-lo. Para aprofundar o tema em filosofia, consulte: ABBGANANO (2000, p. 269 e seguintes).

no discurso da diversidade uma nova utopia para a humanidade, uma possibilidade de leitura e de interpretação do mundo sensível, baseada no respeito à pluralidade, às ações multiculturais e multidisciplinares. Porém, é preciso manter-se alerta a isso, pois esse discurso pode trazer em si, disfarçado sob a alcunha de diversidade cultural e valorização das minorias, a constituição, a sistematização e a aceitação da diferença como traço natural à espécie humana. Esse seria, sem dúvidas, um discurso aristotélico e, como tal, na contramão dos desejos contemporâneos nos quais todos são iguais, não somente diante da lei, como apregoou Rousseau, mas verdadeiramente iguais como seres humanos.

Assim, enquanto o debate acadêmico tenta entender e justificar a reconstrução desta nova utopia para mover a humanidade, assegurando o convívio de peças plurioriginárias convivíveis e imiscíveis, a realidade cotidiana se faz concreta em uma maioria que sequer tem acesso à compreensão desses grandes sonhos. Muitos homens, mulheres e crianças, dada a dimensão de mundo que conhecem, sequer compreendem a própria noção do termo humanidade. Em razão disso, estamos, neste material didático, com os olhos voltados para o engajamento diário na busca da formação de professores de arte como seres biopsicológicos e sociais. O foco do trabalho a ser desenvolvido contribuirá com um objetivo fundamental: estabelecer bases conceituais e formais para o resgate da humanidade por meio da transformação de vivências e memórias em experimentações estéticas; uma reflexão sobre o papel da memória e da cultura na transformação social. Partimos do princípio de que a ação do professor de artes está inserida no organismo social em constante transformação. Um corpo em movimento, em evolução. Entende-se que o meio não se expressa apenas pela somatória das partes, mas como um complicado emaranhado de relações

que cada parte estabelece consigo mesma e com o meio circundante, cheio de contradições internas que colocam esse corpo social em movimento.

O ponto de partida desta análise é o indivíduo, é cada participante do grupo, em sua busca primeira de compreender a si mesmo, como ser sensível e como ser social. E, por meio dessa compreensão, interagir com o 'outro' e com o meio na construção de um ser, cuja plenitude seja pessoal e coletiva.

O professor de artes aqui é entendido como um ser completo, em suas dimensões biológica, psicológica e social. Um ser sensível, que é dotado de sentidos que lhe permitem perceber o mundo de modo crítico e ativo; um ser perceptivo, que constrói o mundo que lhe cerca, um ser consciente de seu papel. Mas também um ser que se define na compreensão do que está para além de si, naquilo que é percebido no 'outro'. Desse modo, é um ser que se relaciona constituindo pequenos grupos, estabelecendo modos e padrões de convivência que vão ganhando dimensão de costumes e valores, morais e éticos, à medida que esses pequenos grupos se entendem como partes de um todo que é social. Assim colocado, esse é um ser que é cultural, posto o seu caráter ser social.

Por isso, este trabalho é uma proposição educativa cuja ação está voltada para a formação deste ser: o professor de arte como um ser sensível-perceptivo-cultural. Para tal, compreender a dimensão da cultura em suas particularidades e generalidades é condição inerente ao educador de arte, o qual terá o papel social de educar os sentidos para constituir um mundo mais igualitário, no qual todos os tipos de diferença sejam entendidos como completudes e facetas do ser humano, e não como oposições que justificam a discriminação ou qualquer sorte de prejulgamentos. Esse caminho somente parece possível de ser trilhado se nos colocarmos como agentes da transformação

e da constituição da sociedade e para tal, é necessário conhecer os estudos culturais e, assim, compreender como as relações se constituem e se solidificam, e principalmente, como elas podem ser transformadas em busca de uma interação mais igualitária entre os atores sociais.

Em busca de uma definição

O termo cultura tem sido utilizado das formas mais variadas e para os mais diversos sentidos. Muitas vezes, esse uso se dá de maneira não muito clara e, não raramente, repleta de equívocos. É claro que neste texto, pela sua dimensão e objetivos, somente serão feitas algumas considerações sobre cultura e seus inúmeros conceitos. Sendo assim, muitas dúvidas sobre o termo continuarão, pois nos ateremos principalmente aos conceitos necessários para se pensar a prática do ensino das artes na educação básica a partir das relações de identidade e da interação cultural.

Desde que os estudos da Antropologia, e das ciências sociais em geral, colocaram luz nas reflexões sobre a sociedade, sua forma de estruturação e de consolidação, assim como suas investigações sobre a existência de um possível cimento na construção das relações humanas, tateamos em busca do conceito ou dos conceitos, daquilo que denominamos cultura. Aqui, o norte de nosso trabalho será pensar a partir daquilo que nos permite ter a noção de tempo e que nos auxilia na verificação de traços e padrões culturais tão caros à existência da sociedade, tal qual a conhecemos e por meio da qual pensamos poder agir sobre a memória.

É na mediação possível estabelecida pela memória com a cultura que acreditamos que os fenômenos encontram as suas possibilidades de materialização e de verificação, estabelecendo-se como signos. É o

compartilhamento desses signos, constituídos a partir da experiência sensível e armazenada na memória pessoal e social, que transforma as ações e as configura como culturalmente estruturadas e estabelecidas, possibilitando a ideia de identidade cultural e, automaticamente, de identidade social, pontos de convergência para uma plenitude existencial humana e que nos conduzem ao conjunto de reflexões apresentadas ao longo deste livro.

Memória, tempo e cultura

Ao se transporem seis rios e três cadeias de montanhas, surge Zora, cidade que quem viu uma vez nunca mais consegue esquecer. Mas não porque deixe, como as outras cidades memoráveis, uma imagem extraordinária nas recordações. Zora tem a propriedade de permanecer na memória ponto por ponto, na sucessão das ruas e das casas ao longo das ruas e das portas e janelas das casas, apesar de não demonstrar particular beleza ou raridade. O seu segredo é o modo pelo qual o olhar percorre as figuras que se sucedem como uma partitura musical da qual não se pode modificar ou deslocar nenhuma nota. Quem sabe de cor como é feita Zora, à noite, quando não consegue dormir, imagina caminhar por suas ruas e recorda a sequência em que sucedem o relógio de ramos, a tenda listrada do barbeiro, o esguicho de nove borrifos, a torre de vidro do astrônomo, o quiosque do vendedor de melancias, a estátua de eremita e do leão, o banho turco, o café da esquina, a travessa que leva ao porto. Essa cidade que

não se elimina da cabeça é como uma armadura ou um retículo em cujos espaços cada um pode colocar as coisas que deseja recordar: nomes de homens ilustres, virtudes, números, classificações vegetais e minerais, datas das batalhas, constelações, partes do discurso. Entre cada noção e cada ponto do itinerário pode-se estabelecer uma relação de afinidades ou de contrastes que sirva de evocação à memória. De modo que os homens mais sábios do mundo são os que conhecem Zora de cor. Mas foi inútil a minha viagem para visitar a cidade: obrigada a permanecer imóvel e imutável para facilitar a memorização, Zora definhou, desfez-se e sumiu. Foi esquecida pelo mundo (ÍTALO CALVINO, em As Cidades Invisíveis).

Zora, condenada ao arquivamento permanente de sua existência, foi destinada ao congelamento e ao esquecimento. Fruto da obsessão mnemônica, ela coloca-se como um objeto que amiúde revela a “paixão arquivística” de seus convivas, os quais sentenciam à cidade a pena de morte: para não ser esquecida, esquece-se. Esse texto de Calvino é índice da impossibilidade de se perceber a memória como algo imóvel e imutável. A experiência, como fenômeno sensível impresso na memória, para cumprir sua função de memória, esquiva-se do destino de Zora. No campo movediço da memória, a lembrança se mantém em constante movimento num ir e vir que a modifica como experiência, idealiza-a e a transforma. Memória é movimento, daí a ideia de constante mobilidade associada à noção de cultura.

A memória e a noção de tempo nela impressa são temas fascinantes que se constituem como parte integrante das reflexões sobre os

fenômenos que envolvem a existência humana desde o alvorecer da filosofia. Compreendida inicialmente como faculdade da alma, a ideia de memória gerou metáforas variadas, como a da *porção de cera* sobre a qual iria sendo impressa a experiência dos sentidos (Platão); ou, ainda, para Santo Agostinho, a imagem de memória como “[...] palácio que guarda tesouros de inumeráveis imagens trazidas por percepções de toda espécie”. Até a sua localização definitiva como faculdade mental, foram muitos os esforços no sentido de desvelar os mistérios que envolvem, ainda hoje, essa habilidade que assegura a existência biológica e psicossocial da humanidade. Mesmo depois de sitiada numa rede de relações neurológicas e psicológicas, a compreensão da complexidade psicofísica da memória em nada facilitou a busca por encerrá-la em uma explicação cartesiana satisfatória.

Olhar para alguns aspectos da memória em sua interface com a cultura é descortinar as *secretas paixões arquivísticas*, desvelando um banco de dados, marcas indiciais, vestígios do movimento da experiência transformada da cultura. A reconstituição e reoperação dessa memória poderão efetivá-la como cultura. Olhar esse movimento e entender sua dinâmica podem ainda nos auxiliar no processo que irá compreender a cultura como algo dinâmico e, desse modo, retirá-la da sina que condenou Zora ao esquecimento. Memória e cultura são fenômenos em movimento.

Tadié, em *Sens de la memoire*, de 1999, compara a memória a uma sinfonia em quatro movimentos, os quais são definidos por um compasso de dois tempos: o *arquivamento* e a *reoperação*. No primeiro tempo hipotético, encontram-se os movimentos de *aquisição* e *conservação*; no segundo tempo, a *transformação* e a *expressão*. Essa sinfonia é a plasticidade da memória e o é também da cultura na qual percebemos e registramos nossa ação no tempo e no espaço historicamente construídos.

Entretanto, não cabe prolongar a investigação da memória humana neste momento já que não é proposta encontrar soluções para sua dinâmica rizomática³. Limitar-nos-emos à verificação de sua interação com os conceitos de cultura e de identidade cultural — questões muito caras para a reflexão sobre os diálogos possíveis, estabelecidos entre identidade cultural e o ensino das artes.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO⁴

Questão 1:

A partir do texto inicial, comente sobre qual é o papel social do arte educador.

Questão 2:

Tendo como referência o texto lido de Calvino em *As Cidades Invisíveis*, podemos falar em memória ou cultura dissociadas do conceito de movimento? Sim. Não. Comente!

³ Dinâmica rizomática refere-se ao conceito de interação em rede, segunda a qual não há hierarquia entre as partes ou arquivos da memória. Prioriza a ideia de que todas as informações armazenadas na memória podem estar acessíveis a qualquer momento.

⁴ As chamadas questões para reflexão que aparecerão ao longo deste livro-texto deverão ser respondidas fora da Plataforma Virtual de Aprendizagem. Utilize outro material de anotação como cadernos ou folhas avulsas. Elas serão corrigidas pelo seu tutor ou tutora nos encontros presenciais e poderão lhe auxiliar nas respostas das atividades da plataforma. Assim, estas questões para reflexão são elementos auxiliares de sua formação.

Unidade 1

Cultura e Sociedade

O objetivo desta unidade é explorar os conceitos fundamentais do termo cultura, para isso partiremos de uma reflexão sobre o conceito de cultura como aquisição social, baseados na reflexão sobre a história de Amala e Kamala, conhecidas como as meninas-lobo.

Buscaremos, também, compreender o papel dos aspectos biológicos e geográficos na constituição das práticas culturais dos grupos sociais.

Em seguida, trabalharemos as noções principais que antecederam o termo, conceituando e refletindo sobre seus aspectos gerais, tanto no âmbito pessoal, quanto no social. Assim, esperamos que ao final da unidade o aluno seja capaz de ampliar o conceito de cultura, compreendendo suas noções gerais e que esteja apto a pensar nas questões que envolverão os conceitos contemporâneos de cultura.

Iniciaremos também a interação com as ferramentas do ambiente virtual de aprendizagem, em que estarão disponíveis os textos complementares sobre os temas trabalhados em cada capítulo da unidade.

Reiteramos a necessidade de uso conjunto das mídias disponíveis, lembrando que é nesta interação que está o cerne do debate em construção.



Da natureza à cultura

Na Índia, onde os casos de meninos-lobo foram relativamente numerosos, descobriram-se em 1920, duas crianças, Amala e Kamala, vivendo no meio de uma família (?) de lobos. A primeira tinha um ano e meio e veio a morrer um ano mais tarde. Kamala, de oito anos de idade, viveu até 1929. Não tinham nada de humano e seu comportamento era exatamente semelhante àquele de seus irmãos lobos.

Elas caminhavam de quatro, apoiando-se sobre os joelhos e cotovelos para os pequenos trajetos e sobre as mãos e os pés para os trajetos longos e rápidos. Eram incapazes de permanecer em pé. Só se alimentavam de carne crua ou podre. Comiam e bebiam como os animais, lançando a cabeça para a frente e lambendo os líquidos. Na instituição onde foram recolhidas, passavam o dia acobalhadas e prostradas numa sombra. Eram ativas e ruidosas durante a noite, procurando fugir e uivando como lobos. Nunca choravam ou riam. Kamala viveu oito anos na instituição que a acolheu, humanizando-se(?) lentamente. Necessitou de seis anos para aprender a andar e, pouco antes de morrer, tinha um vocabulário de apenas cinquenta palavras. Atitudes afetivas foram aparecendo aos poucos. Chorou pela primeira vez por ocasião da morte de Amala e se apegou lentamente às pessoas que cuidaram dela bem como às outras com as quais conviveu. Sua inteligência permitiu-lhe comunicar-se

*por gestos, inicialmente, e depois por palavras de um vocabulário rudimentar, aprendendo a executar ordens simples (LEYMOND, B. *Le développement social de l'enfant et de l'adolescent*. Bruxelles: Dessart, 1965. p 12-14).*

1.1 Isolamento social: um fator de desumanização

O relato acima ilustra um dos inúmeros casos de isolamento humano dos quais temos notícias. Provavelmente, não tão conhecido ou divulgado como a ficção em torno do menino criado por uma macaca que seduziu gerações ao longo do século XX. O mito de *Tarzan* alimentou a imaginação de várias gerações, construiu astros, transformou atletas que, como atores, desafiavam crocodilos diante das câmeras — tudo para dar maior veracidade na tela do cinema; *Tarzan* também virou clássico em desenhos animados dos estúdios de Walt Disney; não podemos esquecer também o menino lobo que inspirou outros filmes o menino *Mowgli* (1967)⁵ ou, mais recentemente, *George, o Rei da floresta* (Disney, 1997) e outros homens e mulheres criados por animais após se perderem de seus pais em aventuras pelas misteriosas florestas ainda indomadas pela tecnologia dos Gps (sistema de posicionamento global) e outros meios de localização via satélites, tão comuns em nossos dias. Todas essas histórias têm, na aventura, o tempero de sua sedução. Nenhuma delas, entretanto, debate as dificuldades, ou mesmo as impossibilidades de reintegração social de suas personagens.

⁵ Ele é um personagem da literatura: *O Livro da Selva*, de 1894, de Rudyard Kipling, que conta a história de um menino indiano criado por lobos.

Estas são descritas como atrapalhadas no convívio com os “civilizados”, mas nada que realmente inviabilize sua convivência. Somente em filmes como *O enigma de Kasper Hauser*, ou ainda em *Nell*, é que se pode perceber o lado obscuro do isolamento social, o lado psicológico desse sujeito isolado — quase sempre involuntariamente.

A partir do caso acima relatado, o de Amala e Kamala, fica claro o quanto o comportamento tido como “humano” depende do convívio social. As características que permitem entender o homem como humano não estão dadas em características geneticamente transmitidas ou naquelas determinadas pelo espaço, pela localidade de sobrevivência do organismo biologicamente constituído e geograficamente situado. A genética e o meio ambiente determinam potencialidades a serem desenvolvidas, porém, essas não se desenvolvem sem o auxílio das relações interpessoais no interior dos grupos sociais.

Antes de continuar a leitura do capítulo, retorne à Plataforma Virtual de Aprendizagem. Abra o navegador de busca e pesquise na Internet casos semelhantes aos de Amala e Kamala, ou seja, situações de isolamento social. Utilize como palavras-chave para busca termos como: “isolamento social”, “menino-lobo” etc.

Disponibilize o material pesquisado para que outros colegas possam também ter acesso à sua pesquisa. Esta atividade é parte integrante dos exercícios disponíveis para avaliação, portanto, deverá ser realizada na plataforma. Lembre-se de colocar a atividade no modo visível a todos.

1.2 A dimensão biológica: aspectos determinantes da percepção

Não podemos fechar os olhos para um aspecto fundamental da espécie humana: ela tem uma origem biológica, uma origem no mundo natural como todos os demais seres vivos que ocupam nosso planeta. Desse modo, temos que considerar que muito de nossas capacidades está definido na dimensão biológica de nosso ser. Podemos destacar que a percepção sensível de que tanto nos orgulhamos tem, na sua origem, a mesma finalidade em todos os seres orgânicos vivos: garantir a sobrevivência em face das adversidades do meio ambiente.

Uma passagem sintética pela gênese da percepção humana pode auxiliar na melhor compreensão do funcionamento dos sentidos. Concepções clássicas ou não asseguram que o homem vem ao mundo dotado de órgãos de sentido, os quais lhe permitem sentir diferentes sensações e estímulos que lhe possibilitam a sobrevivência. O indivíduo humano, sem uma noção no primeiro momento do seu nascimento do funcionamento dos órgãos como um corpo único de sensações, percebe as experiências do mundo como sendo múltiplas, porém, aparentemente desconectadas umas das outras: todas têm a mesma intenção e dimensão, sendo avaliadas como sensações “mais” ou “menos” perigosas para a vida. Somente após a associação entre as percepções e as sensações — o que começa ainda no primeiro ano de vida — é que se torna possível a ordenação das coisas no espaço circundante. Assim, a percepção do próprio espaço é simultânea à ordenação das coisas, é a organização do mundo em conjunto com a própria organização do estar no mundo. Nesse momento, inicia-se a descoberta de que se faz parte de um espaço repleto de coisas.

Muito embora alguns destes objetos (coisas) pareçam não fazer parte de sua percepção concreta no mundo, começam a expressar-se como coisas integradas à consciência de existência, sendo que algumas delas podem ser então, percebidas pela criança já de modo abstrato, independente de uma existência no mundo concreto. Podemos dizer então que a esfera biológica dos sentidos e da percepção tem ação sobre o homem, porém não de modo determinante para que esse seja entendido como humano.

Desde a década de 1950, os estudos antropológicos têm demonstrado que não há nada de significativo na esfera biológica que possa, efetivamente, contribuir para a evidência de que algum tipo de padrão cultural tenha relação com a definição genética dos indivíduos.

Assim, as velhas teorias de maior potencialidade intelectual ou física de algum grupo étnico sobre outros não passou de especulação que justificou genocídios. Não existem capacidades específicas que possam ser atribuídas a uma “raça” ou a qualquer grupo humano. Biologicamente, a espécie humana se apresenta dividida em dois sexos, o que se define como dimorfismo sexual, porém, essa divisão não é capaz sequer de definir diferenças expressivas entre os sujeitos femininos e os masculinos. Funções normalmente atribuídas a um sexo ou a outro estão mais relacionadas a padrões culturais específicos de determinadas comunidades ou a grupos sexuais do que às diferenças geneticamente constituídas.

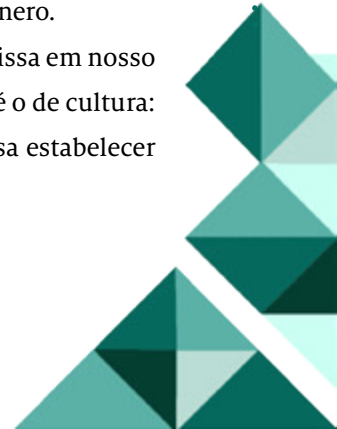
Barros Larraia, em seu livro: *Cultura, um conceito antropológico*, exemplifica muito bem que a própria divisão sexual do trabalho é determinada culturalmente e não no campo da genética — o que pode ser observado em algumas atividades realizadas por mulheres em comunidades brasileiras no Xingu ou no Nordeste, como carregar água na cabeça por centenas de metros, o que lhes exige muito mais *performance* física que outras atividades atribuídas aos homens como manejar o arco, por exemplo. Não

são raros, nos dias atuais, os homens que permanecem no serviço de casa enquanto suas esposas, por melhores oportunidades de trabalho ou por melhor qualificação, encarregam-se das tarefas de suporte econômico nos lares contemporâneos.

Atualmente, não há qualquer tipo de dúvida entre os antropólogos de que diferenças genéticas não são determinantes de qualquer espécie de diferença cultural. As evidências apontam sempre para a ideia de que se um sujeito nascido em um determinado grupo étnico, ao ser inserido e educado em outro grupo social ou étnico, assume as características culturais do segundo e não as do primeiro. Ou seja, traços e padrões culturais são adquiridos do grupo no qual esse sujeito está inserido, e não por determinação biológica. As irmãs Amala e Kamala são exemplos expressivos dessa afirmativa, pois mesmo tendo convivido em algum período de sua primeira infância com grupos humanos, sua inserção por algum tempo com uma família de lobos foi suficiente para que adquirissem a “cultura” deles.

Desse modo, podemos afirmar que o processo de aquisição de comportamento depende muito mais do convívio e do aprendizado, o que pode ser definido como *endoculturação*, processo por meio do qual uma criança apreende desde cedo o modo de funcionamento da sociedade humana, sua língua, seus valores, seus costumes e tudo mais que diferencia os grupos humanos dos demais animais biologicamente constituídos na natureza. Assim, o que determina as diferenças em um menino ou uma menina é sua educação, muito mais que seus hormônios ou a constituição social de gênero.

Resumindo, podemos aqui enfatizar uma primeira premissa em nosso percurso em busca de entender este conceito complexo que é o de cultura: não há qualquer determinismo de ordem biológica que possa estabelecer comportamentos culturais diferenciados.



Antes de continuar a leitura, retorne à Plataforma Virtual de Aprendizagem e realize as atividades previstas para reflexão acerca do assunto referente ao conteúdo da dimensão biológica do sujeito. As atividades estão indicadas na agenda e devem ser disponibilizadas na ferramenta Portifólio.

Lembre-se: siga sempre as orientações na agenda e no roteiro das atividades propostas na plataforma.

1.3 Dimensão geográfica: as diferenças ambientais

Se não há um fator biológico estabelecendo diferenças entre os diversos grupos sociais, poderíamos pensar que talvez as diferenças ambientais pudessem condicionar a diversidade cultural?

Iniciamos nossa reflexão lembrando que as teorias que se desenvolveram no entorno desta ideia, ganharam força no fim do século XIX e no início do século XX. Muitas delas tentavam justificar uma dominação do mundo por alguns países europeus que fizeram parte de um novo modelo de imperialismo, não aquele pautado no poderio bélico e na força de seus exércitos, mas na força da ideia de que as sociedades de regiões de clima temperado eram superiores às outras. Alguns teóricos chegaram a afirmar que o clima era um fator importante para o desenvolvimento e para a dinâmica do progresso, o que explicaria que as nações mais desenvolvidas encontravam-se na Europa.

Não se pode negar certa influência das condições ambientais na configuração das diferenças culturais, porém, também é sabido que essa influência é limitada e não explica tais diferenças, pois é possível e comum a existência de uma grande diversidade cultural em uma mesma realidade geograficamente determinada.

A posição moderna da antropologia é que a cultura age seletivamente, e não casualmente, sobre o meio ambiente, explorando determinadas possibilidades e limites ao desenvolvimento, para o qual as forças decisivas estão na própria cultura e na história da cultura. Barros Larraia (2006).

A capacidade de selecionar, e não de agir numa relação de causa-efeito, associada à capacidade de relacionar fez com que o homem respondesse de modo diferenciado às potencialidades e à limitação da natureza, de modo que é possível verificar muitos padrões culturais distintos dentro de uma mesma área geográfica, ou em áreas equivalentes, — como nos casos dos esquimós e dos lapões, exemplos também apresentados por Larraia.

A partir dessas reflexões, surge a nossa segunda premissa: a situação geográfica não é determinante das diferenciações culturais.

Considerando as nossas duas premissas de que os fatores biológicos, assim como fatores geográficos, não explicam as diferenças entre os homens, partimos para uma nova dimensão do nosso estudo sobre cultura.

Cultura será concebida a partir de então como uma premissa do convívio social, resultante do processo de contato contínuo com o percurso da sociedade humana, suas práticas, sua história, suas diferenças e similitudes. Desde que o homem aprendeu e apreendeu sua capacidade de observar e de relacionar o observado, associando-o e tomando-o como referência para seu próximo passo, distanciamos-nos dos demais animais da natureza, e mesmo biologicamente frágeis, colocamos-nos no topo da escala zoológica como o maior predador, que tem como principal arma sua capacidade de transformar e transmitir as experiências acumuladas ao longo da própria existência humana.

O filme *2001: Uma odisséia no espaço* (1969), do diretor Stanley Kubrick, nos apresenta uma sequência antológica que resume o percurso da história da cultura da humanidade, associando-a ao domínio de ferramentas. A percepção de que elementos da natureza (ossos) poderiam potencializar o corpo humanoide, transformando-se em um instrumento, alterou para o cineasta, irreversivelmente, o modo de sobrevivência no grupo: índice evidenciado na sequência em que o osso é arremessado para o céu “transformando-se” durante sua queda em uma nave espacial — a ferramenta primitiva como instrumento catalisador do processo de desenvolvimento científico e tecnológico da humanidade. Uma reflexão menos metafórica e mais acadêmica sobre esse tema nos é apresentado por Ernest Fischer, em seu livro *A necessidade da Arte*. No capítulo referente à origem da arte, o autor associa a descoberta do uso de ferramentas ao ponto inicial de todo o domínio humano sobre a natureza.

Pode-se, então, aqui fazer uma afirmação fenomenológica, sem os receios que a ciência insiste em colocar: o instrumento de trabalho — exterior ao organismo, ao corpo biológico — é uma *extensão* que prolonga e melhora esse corpo. A percepção e o domínio de ferramentas permitiram que o homem superasse seus limites físicos e dominasse o espaço do seu ambiente natural, não se condicionando, pois, às determinações genéticas ou geográficas a ele impostas evitando decisivamente sua possível extinção e determinando um novo percurso para a Terra e, não menos, para o destino das relações entre os diferentes seres que a habitam.

Assim, a partir de um processo de seleção, de escolhas, o homem tem traçado a sua história (um instrumento) e repassado para outras gerações, nas mais variadas mídias, todo o legado de seu percurso em constante construção. O homem se coloca, definitivamente, como um ser em

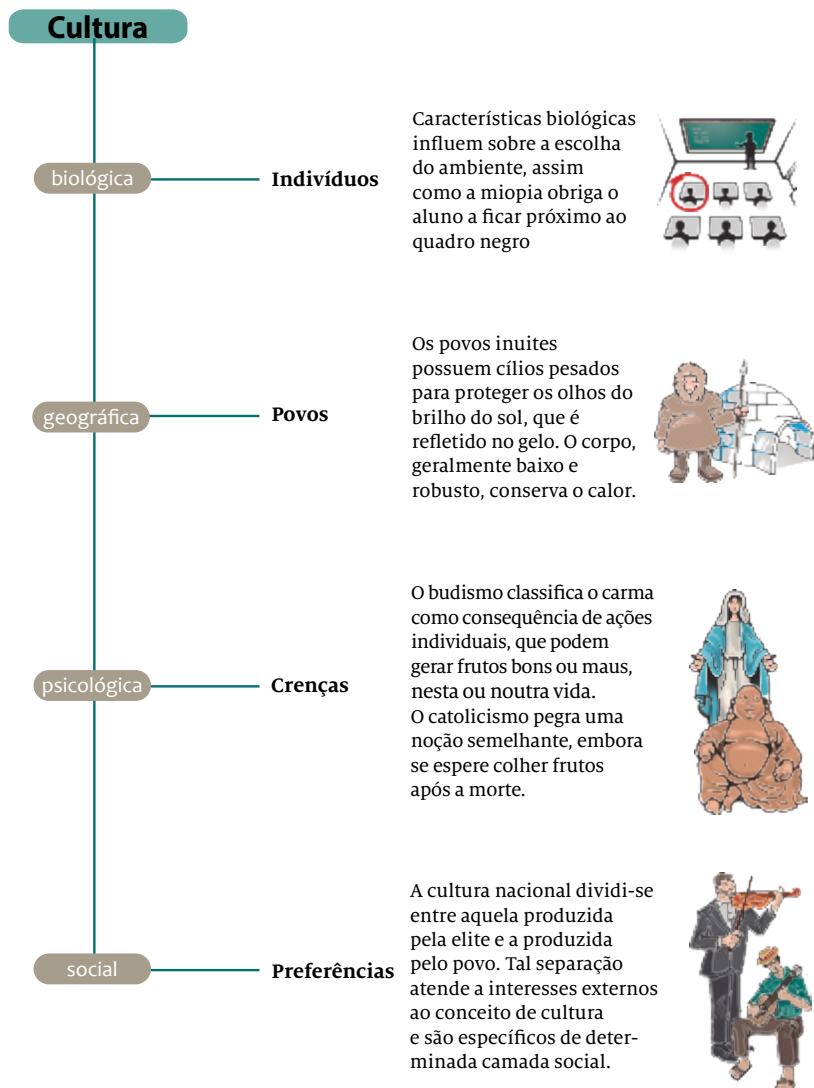
processo, num infinito movimento gerado pela política da incerteza e da falibilidade.

No percurso para compreender a constituição desse estado de humanidade, coloca-se o nosso estudo sobre cultura e as possibilidades de inserção de seu papel no desenvolvimento das aulas de artes na educação básica, especificamente no curso de Licenciatura em Arte Visuais na modalidade a distância. Isso, para nós, coloca-se como um novo desafio, no qual, de posse de novas ferramentas virtuais, buscaremos construir ou destruir limites geográficos, intelectuais, econômicos, sociais, políticos e, porque não dizer, cultural.

Antes de continuar a leitura, retorne à Plataforma Virtual de Aprendizagem e realize as atividades previstas para reflexão acerca do assunto referente ao conteúdo da dimensão geográfica e sua influência no sujeito. As atividades estão indicadas na agenda e devem ser disponibilizadas na ferramenta Portifólio. Lembre-se: siga sempre as orientações na agenda e no roteiro das atividades propostas na plataforma.

Ao final deste primeiro capítulo, você deverá rever as atividades propostas no seu curso virtual, retomando os dois fóruns propostos nesta fase, conforme estabelecido na agenda na Plataforma Virtual de Aprendizagem. Há, ainda, exercícios de fixação de conteúdo que serão avaliados conforme orientação na plataforma.

Bom trabalho!



QUESTÕES PARA REFLEXÃO⁶

Questão 1:

Comente o conceito de isolamento social associado à impossibilidade de verificação do estado de humanidade.

Questão 2:

O que você entendeu por determinismo biológico e geográfico? Eles são realmente determinantes para as diferenças culturais e sociais? Por quê?

Questão 3:

Cultura é um conceito herdado ou construído? Comente.

⁶ Lembramos que estas questões são atividades de apoio e não obrigatórias. Entretanto, suas respostas podem ser disponibilizadas na Plataforma Virtual para ser compartilhada com os colegas de curso.

A natureza da cultura

Heródoto conta-nos que um rei egípcio, desejando verificar qual a língua-mãe da humanidade, ordenou que algumas crianças fossem isoladas de sua espécie, tendo somente cabras como companheiras e para o seu sustento. Quando as crianças já crescidas foram de novo visitadas, gritaram a palavra bekos, ou mais provavelmente bek, suprimindo o final, que o grego padronizador e sensível não podia tolerar que se omitisse. O rei mandou então emissários a todos os países a fim de saber em que terra tinha esse vocábulo alguma significação. Ele verificou que no idioma frígio isto significava pão, e, supondo que as crianças estivessem reclamando alimentos, concluiu que usavam frígio para falar a sua linguagem humana “natural”, e que essa língua devia ser, portanto, a língua original da humanidade. A crença do rei numa língua humana inerente e congênita, que só os cegos acidentais temporais tinham decomposto numa multidão de idiomas, pode parecer simples; mas, ingênua como é, a inquirição revelaria que multidões de gente civilizada ainda a ela aderem.

Contudo, não é essa a nossa moral da história. Ela está no fato de que a única palavra, bek, atribuída às crianças, constituía apenas, se a história tem qualquer autenticidade, um reflexo ou imitação — como conjecturam há muito os comentadores de Heródoto — o grito das cabras,

que foram as únicas companheiras e instrutoras das crianças. Em suma, se for permitido deduzir qualquer inferência de tão apócrifa anedota, o que ela prova é que não há nenhuma língua humana natural e, portanto, nenhuma língua humana orgânica (KROEBER, 1993).

Pensar sobre natureza da cultura parte da premissa desenvolvida ao longo



do capítulo anterior: cultura é um fenômeno social, adquirido no convívio social, por meio de um processo conhecido como *endoculturação*. Relembrando, endoculturação é o processo de aprendizado da cultura que se dá desde a infância, a partir do momento em que a criança está inserida no seio da sociedade.

A anedota relatada por Kroeber é mais uma evidência da necessidade de se compreender que nenhum comportamento humano, para além daqueles meramente fisiológicos, é resultante de uma ordenação interna. O que caracteriza a raça humana como tal, e sua cultura, é aquilo que é adquirido no convívio social.

Se a percepção delimita o que o homem, como *ser sensível*, é capaz de sentir e compreender, também

corresponde à uma organização dos estímulos percebidos permitindo uma apreensão do mundo, assim como uma resposta a ele. Dessa forma, o *ser sensível* que se estrutura é também um ser para o mundo, um *ser perceptivo* que busca constituir de modo consciente a sua sensação de estar no mundo. Mas o *ser sensível* também se define na percepção do ‘outro-ser-sensível’, semelhante e distinto, que é entendido como além de quem o percebe exatamente por não ser quem o percebe. Deste modo, o homem traz na sua natureza a dimensão social, o *ser sensível* se expressa como pessoa social e, como tal, um indivíduo socializado⁷, é também um ser cultural que age apoiado em um conjunto de ações que são elaboradas com base em padrões de uma cultura e dentro desta cultura (LAKATOS, 1996, p. 42).

Assim, se na antiguidade poderíamos supor que cultura era inata, os estudos ao longo do tempo evidenciaram a falta de fundamentação dessa tese; desse modo, caminhamos para um breve estudo sobre os antecedentes históricos do conceito de cultura, porém já partindo da compreensão de sua própria natureza: ela é aquisição social. Essa é a natureza da cultura e que nos permitirá compreender os seus diferentes significados.

Para então caminhar em direção a uma definição de cultura, é necessário primeiramente saber como surgiu esse termo.

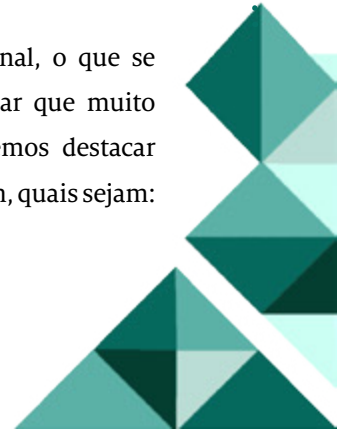
⁷ Por pessoa social entende-se o indivíduo socializado e possuidor de papéis e status social. O processo de socialização está entendido como constituído por mecanismos associativos ou não que se são como um "processo no qual, ao longo da vida, a pessoa humana aprende e interioriza os elementos socioculturais do seu meio, integrando-os na estrutura de sua personalidade sob a influência de experiências de agentes sociais significativos, adaptando-se assim ao ambiente social em que deve viver" (LAKATOS, 1996, p 17)..

2.1 Um conceito com várias definições

Desde o final do século XVII, aspectos espirituais e realizações materiais de qualquer povo foram sendo percebidos como que integrantes de uma herança social da humanidade. Porém, é a partir do século XIX, mais precisamente no seu final, que se tornaram crescentes as preocupações teóricas para entender a sociedade e os fenômenos que a constituem. O ritmo acelerado dos tempos modernos e industriais exigiam cada vez mais mão-de-obra especializada, novos materiais e novos mercados para sua expansão. Esse movimento de ampliação do universo industrializado levou à percepção de diferentes modos de pensar a organização de diferentes sociedades.

Essa nova dinâmica que transfere definitivamente a vida social, econômica e política para os centros urbanos fez com que o crescimento de alguns grupos sociais tivesse um grande impulso, em detrimento de outros que rapidamente entraram num processo de deculturação, perdendo sua identidade cultural e assumindo um modo de vida estranho às suas antigas tradições — processo que culminou no total desaparecimento de alguns grupos sociais. As preocupações decorrentes desse processo levaram a uma tentativa de entender a estrutura social, seus conflitos internos, suas aspirações coletivas e tudo aquilo que a caracterizava como tal, ou seja, sua cultura. Antropólogos, sociólogos, filósofos, cientistas e uma grande parcela da sociedade colocaram-se em busca de entender como se estruturava esse fenômeno social.

Tomamos para nós aqui a pergunta que os moveu: afinal, o que se entende por cultura? Buscando a resposta, podemos verificar que muito se entende sobre cultura, porém, desse emaranhado, podemos destacar alguns aspectos comuns — ainda que na esfera do senso comum, quais sejam:



a) a ideia de cultura associada ao estudo, à educação e à formação erudita;

b) a ideia de cultura associada à produção artística;

c) a cultura associada à comunicação de massa (e como tal, relacionada à ideia de poder);

d) a cultura associada à produção e realização de festas e cerimônias populares, lendas e crendices de um povo; e

e) a cultura associada à gastronomia local, vestimentas típicas e mesmo ao idioma de um determinado grupo social.

De todo esse emaranhado de sentidos, podemos perceber, até agora, que todos são fenômenos originados no seio da sociedade, ou seja, são fenômenos internos. Assim, percebemos que não é possível separar cultura de sociedade, pois só podemos compreender uma, a partir de sua manifestação na outra.

Em seu livro *O que é Cultura?* (1983), José Luiz dos Santos aponta duas preocupações centrais das quais derivam essas várias maneiras de se pensar o tema: a primeira, com todos os aspectos da realidade social definindo realidades sociais diferentes; e a segunda, com o conhecimento, as ideias e as crenças. Nas duas preocupações, é evidente a relação intrínseca com a sociedade a qual cada uma delas se refere. Entretanto, essas duas diretrizes gerais correm o risco de nos conduzirem a pensar a cultura como acabada, pois está implícita a ideia de que ao estudarmos uma determinada cultura devemos nos ater a aspectos como a língua, a literatura, os costumes e

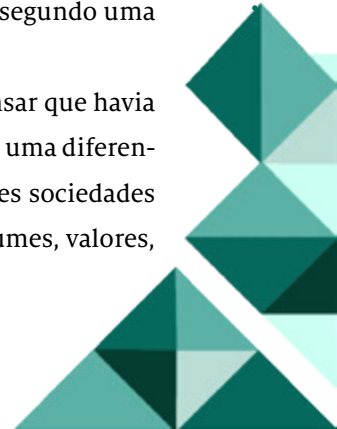
toda a produção teórica e material que torna esse grupo específico — ou seja, estudar a cultura brasileira é verificar tudo que a identifica como tal. Parece que estamos de volta à Cidade de Zora, de Calvino. Porém, diferentemente da nossa lendária cidade mnemônica, o conjunto de características que assegura a *brasilidade* de ser brasileiro, ou a identidade de qualquer grupo social, não pode ser pensado como acabada, fechada ou estagnada. Devemos compreender a dinâmica social a partir da dinâmica de sua cultura, pois essa está em constante movimento. Não nos ateremos a esta discussão no momento, pois que essa será tema de outro capítulo.

Por enquanto, concentraremos nossos esforços em fazer um breve sobrevoo acerca dos antecedentes históricos do termo cultura.

2.2 Um conceito em construção

Retornando ao final do século XIX, é naquele momento que se consolida a noção de que há um mundo social e uma vida humana que caminham interrelacionados, porém, independentes. Estudos de Freud e Jung apontam claramente para a existência de particularidades no sujeito humano que não resultam apenas do condicionamento da estrutura social, mas que existe algo no indivíduo que o conduz a processos diferenciados, algo que poderíamos sinteticamente definir como *capacidade de fazer escolhas*. Essa ideia encontra fortes subsídios tanto na teoria evolucionista quanto no rompimento com a crença de que o mundo é organizado segundo uma visão religiosa.

Assim, a partir das teorias de Darwin, foi necessário pensar que havia algo para além da questão biológica ou geográfica que definia uma diferenciação entre os homens e, principalmente, entre as diferentes sociedades — senão, como explicar tamanha variedade de crenças, costumes, valores,



organização política? Esse conjunto de fenômenos sociais tão diversos e organizados apontava para a perspectiva de que algo nas práticas sociais se organizava de modo coerente e, de geração em geração, garantia a continuidade dos grupos específicos. Pensar o termo cultura passou então a ser uma necessidade para desvelar os mecanismos de organização do corpo social, pois esse conjunto de práticas e valores diferencia a espécie humana dos demais animais, assim como também o faz entre as demais sociedades.

O termo cultura nasce para investigar, à luz da ciência, a forma e os diferentes modos de organização das diversas sociedades. Já havia a percepção de que esse fenômeno de origem social é resultante do conjunto de interações do homem com o grupo no qual está inserido.

Se já podemos entender cultura como resultante da interação social, descartada qualquer ideia de que o sujeito humano isolado pode constituir em si o conceito de humanidade, partimos para uma breve reflexão sobre os antecedentes históricos do termo cultura.

Originada, segundo Raymond Willians, do latim *colere* — que significa cultivo de plantas, cuidado com animais e com a terra, o termo também definia o cuidado com a educação de crianças, cuidado com o culto aos deuses, com os ancestrais e com os seus monumentos e suas memórias. Disso resulta a primeira noção de cultura que, a partir da definição do sociólogo inglês, nos aproxima da ideia mais comum atribuída ao termo: cultura se refere ao homem culto, aquele que “cultiva” a inteligência, as artes e o conhecimento presente nos livros. Nesse contexto, todos aqueles que por escolha ou determinação social estão alheios ao conhecimento seriam, então, desprovidos de cultura. Assim, o homem culto seria aquele que cultiva a inteligência, as artes e o conhecimento presente nos livros.

Esse conceito, atrelado à ideia de conhecimento erudito, limita em muito a realidade social. Como explicar as manifestações alheias à tradição, aquelas que se davam fora dos palácios e das escolas e das universidades? E as chamadas tradições, o que seriam? Um determinado modo de agir, que se diferencia de um grupo social para outro, seria cultura? Mas, qual cultura? É possível pensar o conceito de cultura desconectado do de civilização, ou mesmo de história e de tradição? Como as emergentes transformações sociais afetam o comportamento, as tradições e os costumes? Teriam esses algum efeito sobre o conceito de cultura?

Essas inquietações, e inúmeras outras, levaram os estudiosos à busca de outras reflexões sobre o termo cultura e sua relação com o conceito de sociedade. É importante pensar que profundas transformações ocorridas, na Europa do século XVIII, nas esferas da produção alteraram substancialmente as relações políticas e sociais que acompanham a consolidação do estado moderno. Verificaram-se novas formas de organização política e econômica — evidenciadas no movimento de independência política das colônias inglesas na América do Norte, por exemplo; e, conseqüentemente, social. Vários pensadores como Davi Hume (1711–1776), Rousseau (1712–1778), Kant (1724–1804), dentre outros, refletiram sobre essa nova realidade em construção.

Segundo Marilena Chauí, foi na Europa do século XVIII que o conceito de cultura passou a ser associado ao de civilização, o que levou à busca da compreensão acerca das relações entre cultura e sociedade. De acordo com a autora, Rousseau (1712–1778) defendia a ideia de que o homem era naturalmente bom e que a sociedade o corrompia. Assim, considerava que a cultura seria definida como bondade natural, interioridade espiritual, solidariedade espontânea. Essa ideia positiva de cultura se opunha à ideia negativa de civilização, a qual corrompia e aprisionava a bondade

natural por meio de regras e de convenções artificiais e externas ao homem (TOMAZZI, 1999).

Tomazzi (1999) sintetiza as principais teorias que nomeiam o termo cultura. Segundo o autor, par Rousseau, no século XVIII, cultura seria definida como a bondade natural, interioridade espiritual, imaginação, solidariedade espontânea, opondo-se à ideia de civilização, que aprisiona a bondade natural por meio de regras e de convenções artificiais e exteriores ao homem. Já para Voltaire e Kant, afirma Tomazzi, o conceito de civilização evidenciava o estágio de aperfeiçoamento e racionalidade da sociedade, e a cultura a forma de verificação desse estágio, não havendo nenhum tipo de oposição entre civilização como reino artificial e cultura como reino natural. A cultura serviria ainda para diferenciar os homens cultos (educados intelectualmente) daqueles incultos e serviria também para verificar, classificar e comparar civilizações diferentes, definindo-as como mais civilizadas ou não. Tomazzi segue no texto considerando que em Voltaire e Kant, os termos cultura e civilização representam o processo de aperfeiçoamento moral e racional da sociedade, em que a cultura é o modo de avaliar o estágio de progresso e desenvolvimento de uma civilização.

Já para Hegel (1770–1831), não seria possível separar a noção de cultura da sua relação com a história. E é sua concepção que aproximou os estudos sobre cultura da perspectiva das reflexões antropológicas. Para o filósofo, cultura deveria ser pensada como um conjunto organizado de vários modos de vida, resultado da forma de ser dos homens. Cultura é o resultado da forma de ser dos seres, um conjunto organizado dos vários modos de vida de uma determinada sociedade, estabelecida numa relação com a história. E está relacionada com a forma dos homens compreenderem, representarem e se relacionarem com os vários elementos

componentes de sua existência: o trabalho, a religião, a linguagem, as ciências, as artes e a política.

Edward Tylor (apud. Tomazzi, 1996, p. 166), ainda no século XIX, definiu cultura como *aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, as leis, os costumes e todos os hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro da sociedade*. Ao longo do século XX, esse conceito de cultura foi ampliado e diversos são os entendimentos de vital importância para a constituição da identidade do grupo social.

[...] aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, as leis, os costumes e todos os hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro da sociedade (p.166)

Esses diferentes conceitos, aqui sinteticamente apresentados, refletem um ponto de convergência: a cultura é adquirida no convívio social e é um sistema híbrido complexo, em constante movimento, em direção à interação de sistemas de significação de diferentes sujeitos, grupos sociais, ou sociedades.



Ao final deste capítulo, você deverá rever as atividades propostas de seu curso no ambiente virtual, retomando e realizando os exercícios propostos e disponíveis na ferramenta Atividades na Plataforma Virtual de Aprendizagem. Há, ainda, os exercícios de fixação de conteúdo que serão avaliados conforme orientação na agenda da plataforma. A leitura complementar do texto Acepções do termo Cultura, de Miguel Reale, (disponível na área de Leituras) contribuirá para a percepção de cultura na sua dimensão pessoal e na esfera social. Lembre-se: estão disponíveis atividades de leitura e exercícios que deverão ser realizados e registrados no seu portfólio individual na Plataforma.

Bom trabalho!

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

Questão 1:

Comente o conceito antropológico de cultura. O que você entendeu por endoculturação?

Questão 2:

Após a leitura do capítulo e de assistir ao filme “Marvada Carne” que integra seu material, comente a afirmativa: cultura é um sistema híbrido e complexo adquirido no convívio social.

Homem, Sociedade e Cultura



[...] as preocupações com cultura se consolidam junto com o processo de formação de nações modernas dominadas por uma classe social; junto ainda com uma marcada expansão de mercados das principais potências europeias, acompanhando o desenvolvimento industrial do século passado. [...] surgiram associadas tanto ao progresso da sociedade e do conhecimento quanto a novas formas de dominação.

[...] como dimensão do processo social, a cultura registra as tendências e conflitos da história contemporânea e suas transformações sociais e políticas. Além disso, a cultura é um produto da história coletiva por cuja transformação e por cujos benefícios as forças sociais se defrontam (SANTOS, 1983, p. 32).

3.1 Cultura: um conceito antropológico

A Antropologia, como ciência, surgiu articulada à preocupação europeia em instituir um novo modelo de imperialismo sobre as nações modernas. A ocupação de novos territórios exigia mais que a tecnologia náutica e bélica da Europa colonialista que se expandiu com as navegações. Esses novos povos, considerados primitivos, deveriam se sentir em situação de menor desenvolvimento e culturalmente menos atrativos que os da Europa, principalmente a Inglaterra. Assim, eram necessários estudos do modo de ser desses novos grupos sociais para que o processo desse novo colonialismo se efetivasse. Desse modo, a antropologia surge como um instrumento de dominação social não por meio de armas, mas principalmente, por meio de uma dominação simbólica na qual o dominado se sentia em situação de inferioridade em relação ao dominador. Não uma inferioridade bélica, mas cultural, pois seus hábitos, costumes e valores eram “primitivos” e, portanto, inferiores. Podemos dizer que, em sua origem, a antropologia esteve a serviço da dominação, da hegemonia europeia sobre as demais sociedades.

Porém, a Antropologia não tardou a livrar-se dessa mácula, colocando-se a serviço do entendimento do homem como ser, da espécie humana e dos seus modos de relações internas e com outras sociedades. Desse modo, o estudo do “outro” (outros povos, suas crenças e costumes) ganhou um sentido político em busca da superação das desigualdades entre os povos, evidenciando que diferenças culturais não estariam associadas à inferioridade e nem justificariam a dominação. Entramos, portanto, num novo debate sobre o conceito de cultura, sob o viés antropológico.

Ao antigo conceito associado à *colere*, do latim, o antropólogo inglês Edward Tylor (1832–1917) associou a palavra alemã *Kultur* (aspectos espirituais de uma comunidade) à palavra francesa *civilization* (realizações

materiais de um povo) e cunhou a palavra inglesa *culture*. Assim, definiu cultura como um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos como membro de uma sociedade. Tylor é o primeiro a enfatizar o aspecto de *aprendizagem*, que compreende também as noções de comunicação e linguagem, em oposição à ideia de transmissão genética. O autor também evidencia a oposição entre cultura e natureza, enfatizando que a cultura domina a natureza.

Assim, para Santos (1983) Tylor considera cultura como sendo o todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade. Na esteira dessa concepção da antropologia, podemos afirmar que, para compreender a vida de maneira integrada, precisamos pensar a sociedade de maneira integrada, sem separação entre contexto e ideias. O homem produz e vive cultura ao mesmo tempo, portanto, esse é um conceito dinâmico — o que será tratado em capítulo posterior. Por enquanto, centramo-nos no conceito fundamental. Desse modo, podemos ainda pensar que a realidade social e o universo simbólico não estão separados. A compreensão dos aspectos simbólicos de um determinado grupo social poderá auxiliar na compreensão de toda a sua estrutura social.

Para o antropólogo brasileiro Gilberto Velho (1999), a produção simbólica traz em si todos os contrastes de um grupo social por isso analisa a sociedade a partir da estruturação de seus modos de produção. Para Velho, cultura seria, então, toda essa produção simbólica que permite desnudar a sociedade. Neste contexto, cultura é o todo da produção simbólica, que traz em si todas as contradições da sociedade.

3.2 Concepções modernas de cultura

No século XX, Miguel Reale (1996, p. 1–22) apresenta duas acepções do termo cultura: pessoal ou subjetivo e social ou objetiva.

a) No primeiro sentido, a palavra cultura está associada ao indivíduo, à pessoa, indicando os conhecimentos e convicções que consubstanciam as experiências que constituem o acervo pessoal do indivíduo, condicionando seu comportamento no mundo

A ampla noção de 'cultura pessoal', não se confunde com o simples acúmulo de informações e conhecimentos adquiridos por um indivíduo, porquanto tal situação corresponde mais propriamente ao que, em geral, se denomina 'erudição'. Penso, ao contrário, que a cultura pressupõe, em cada um de nós, um longo e continuado processo de seleção ou filtragem de conhecimentos e experiências, do qual resulta, por assim dizer, um complexo de ideias e símbolos que passa a fazer parte integrante de nossa personalidade (REALE, 1996, p. 03).

Assim, cultura seria o aperfeiçoamento da sensibilidade e do intelecto pelo conhecimento dos homens e das coisas, assimilando o enriquecimento subjetivo e pessoal de valores.

b) No segundo sentido, cultura se expressa como um sistema de intencionalidades humanas, dadas em uma dimensão social e objetiva. Como tal, as definições do termo cultura dividem-se em quatro grandes grupos: I.

cultura entendida como comportamento aprendido; II. cultura como abstração do comportamento, mas não o comportamento em si; III. cultura como as ideias de um grupo; IV. cultura entendida como a totalidade das realizações do homem, todas as coisas materiais e não materiais.

Segundo Foster, apud Lakatos (1996, p. 310), cultura é a forma comum e aprendida da vida compartilhada pelos membros de uma sociedade, constante da totalidade dos instrumentos, técnicas, instituições, atitudes, crenças, motivações e sistema de valores conhecidos pelo grupo.

Para Ostrower (1996, p. 13) cultura é entendida como todas as formas materiais ou espirituais com que o homem convive, atua e se comunica; a cultura é uma experiência coletiva e transmitida socialmente por indivíduos ou grupos às gerações, constituindo-se, pois, como uma herança do caráter social do homem, que ao longo do seu processo de evolução sofreu alterações em função de sua produção cultural.

Assim, a dimensão biológica do homem encontrou-se totalmente associada à sua dimensão sociocultural, visto que no processo de seleção natural o domínio de uma tradição de produção (manuseio de utensílios e ferramentas, por exemplo) e a transmissão de conhecimentos de uma geração para outra garantiram sua sobrevivência de modo diferenciado das demais formas de vida do meio. Desse modo, a estruturação social do homem foi também definida por uma estruturação cultural.

Retomando o que preconiza Reale (1996), as noções de cultura como expressão pessoal ou social estão intimamente ligadas, ou seja, são aspectos de um só conceito de todo cultural na formação do indivíduo num grupo social organizado. Desse modo, não haveria grupo social organizado sem que se constituam padrões culturais.

Configuradas desse modo, **sociedade** e **cultura** têm uma relação de interdependência, posto que nenhuma delas pode existir de modo

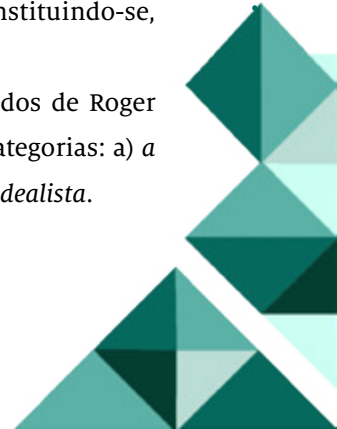
independente. Não existe sociedade que se constitua sem que ações, hábitos, conhecimentos, crenças e instrumentos sejam transformados em padrões (culturais) que deem a este grupo uma identidade como tal; assim como não há cultura que se constitua sem que existam pessoas estabelecidas em um processo de interação social.

Assim, embora cultura e sociedade sejam coisas distintas, e não se manifestem como algo único, não há cultura (ação do homem sobre o mundo natural) sem que exista uma sociedade (o próprio ser social que age e interage, constitui e transmite conhecimentos distintos do e sobre o mundo natural). Desse modo, a ação humana é uma ação cultural e, dado o caráter indissociável da relação sociedade e cultura, é ao mesmo tempo uma ação social.

Podemos crer que o homem como constituição biológica também se configurou numa dimensão social e cultural; e que suas relações para com o mundo natural passaram a ser dadas também nessas dimensões. Assim, a percepção dos estímulos do meio tornou-se também definida tanto por uma seleção natural (instintiva e de sobrevivência) como pela seleção cultural, a qual lhe imprime uma maior ou menor suscetibilidade a esses estímulos.

Nesse sentido, o *ser sensível* (observador dotado de sensibilidade), é também *perceptivo* (consciente do que está para além de si mesmo), e encontra uma dimensão social à qual se lhe incorpora um sentido *cultural*. Assim, o *ser sensível* configura-se e compreende-se como um todo dado nas suas dimensões biológica, psicológica, social e cultural, constituindo-se, pois, como *ser sensível-perceptivo-cultural*.

As teorias modernas sobre cultura, centradas nos estudos de Roger Keesing, dividem o nosso estudo em outras duas grandes categorias: a) *a cultura como sistema adaptativo* e b) *cultura numa abordagem idealista*.



No primeiro sentido, a cultura seria resultante de um conjunto de padrões de comportamento socialmente transmitidos que “servem para adaptar as comunidades humanas a seus embasamentos biológicos”. Assim vista, a ideia mudança cultural seria o processo de adaptação equivalente à seleção natural. Assim, a tecnologia, a economia de subsistência e os elementos da organização social, “diretamente ligados à produção”, constituem o domínio mais adaptativo da cultura. Para o autor, os componentes ideológicos podem ter consequências adaptativas no controle geral da estrutura social.

No segundo sentido, podemos dividir a categoria idealista em três teorias:

a) Cultura como sistema cognitivo, que consiste em tudo aquilo que alguém tem que conhecer ou acreditar para operar de maneira aceitável dentro de sua sociedade. Assim configurada, a cultura ficaria no mesmo domínio da linguagem, estabelecendo categorias comunicativas tanto em nível pessoal, quanto social.

b) A teoria da cultura como sistemas estruturais foi amplamente divulgada pelo trabalho de Claude Lévi—Strauss, para quem essa “é um sistema simbólico resultante de uma criação acumulativa da mente humana”. Os estudos de Lévi—Strauss buscavam descobrir na estruturação dos domínios culturais os princípios geradores das elaborações dessa. Assim, as relações de parentesco, as de linguagem, da arte e do mito, dentre outras, seriam capazes de revelar a estrutura de funcionamento da sociedade, capazes de revelar a estrutura de funcionamento da cultura. Assim, Cultura seria um sistema simbólico resultante de uma criação acumulativa da mente humana.

c) A teoria da cultura como sistema simbólico tem como principais elaboradores Clifford Geertz e David Schneider. Para Geertz, cultura é como uma programação de computador: e deveria ser considerada um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras, instruções (Programas) para governar o comportamento, e todo homem está apto para receber esse “programa” que ele define como cultura, sendo que a mente humana poderia viver mil vidas, porém somente vive aquela que recebeu programação para viver. Assim, os estudos da cultura seriam estudos dos códigos de símbolos partilhados pelos membros dessa cultura, o que levaria a antropologia a formular interpretações, nunca uma taxonomia dos fenômenos culturais e, muito menos, decodificá-los — como propunha Lévi—Strauss. Cultura deve, pois, ser considerada como um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras, instruções (que os técnicos de computadores chamam de programa) para governar o comportamento.

Ainda nessa perspectiva simbólica, Schneider considera cultura como um sistema de símbolos e significados, compreendendo categorias ou unidades e regras sobre as relações e modos de comportamento. Considera também que o status das unidades ou o das coisas culturais não depende da sua visibilidade, mesmo fantasmas e pessoas mortas podem ser categorias culturais, pois esses se configuram como imagens mentais, cuja construção, a definição geral, da imagem se constitui como um conjunto de signos culturalmente estabelecidos para que esse conjunto possa ser percebido. Essa perspectiva pode muito bem ser percebida em comunidades tradicionais, nas quais a oralidade é um fator predominante na transmissão



Cultura é um sistema de símbolos e significados, compreendendo categorias ou unidades e regras sobre as relações e modos de comportamento que não dependem de visibilidade para serem categorias culturais.

Outro autor que debate cultura a partir das relações simbólicas é o russo Lotman. Para ele, a cultura não é um depósito de informações; é um mecanismo organizado de modo extremamente complexo, que conserva as informações, elaborando continuamente os procedimentos mais vantajosos e compatíveis. Recebe as coisas novas, codifica e decodifica mensagens, traduzindo-as para outro sistema de signos. A partir de Lotman, podemos pensar a cultura como o diálogo do possível. É essa possibilidade que permite que a sociedade seja entendida como texto em movimento, refletindo a dinâmica da cultura e da sociedade.

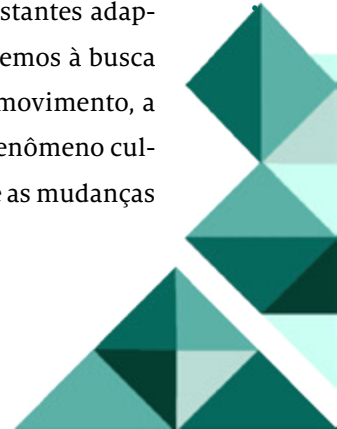
3.3 A dinâmica da cultura

É hora de resgatar nossa cidade imaginária. A memorável Zora, que fora condenada ao esquecimento pela sua estagnação, parece estar se livrando de seus grilhões colocados por seus habitantes, os quais, no esforço de preservação, acharam possível parar o fluxo da cultura: a dinâmica de uma sociedade. A esta altura do nosso curso, não podemos mais dizer que ela definhou e sumiu. A viagem de Calvino nos permitiu discutir que Zora continua em movimento, agindo e interagindo com outras culturas. Sua existência no campo do simbólico a reconstrói como categoria cultural, para lembrar Schneider, mesmo sem a sua materialidade visual, ela age sobre nós. Não foi inútil nossa viagem até a cidade. Se seu povo e suas práticas cotidianas não mais podem ser acessados, se Zora como

seus convivas a conheceram definhou-se em seu próprio leito, não teve o mesmo destino sua história que, presente em nossa memória, nos conduz por este caminho em busca de entender as inúmeras manifestações e a natureza da cultura.

Com isto chegamos à constatação de que se pelo menos um traço de uma cultura persiste ao tempo, e esse mesmo pequeno traço é colocado em contato com outra cultura, esses interagem e se afetam (PIRES, 2004). Sabemos mais de Zora agora do que sabíamos antes de começar nossa reflexão; nossas experiências estão sendo alteradas pela análise que fazemos dela. Zora age, continua seu movimento, sua interação. Verificamos, pois, que as práticas culturais de uma sociedade não podem sofrer alterações sem que na sociedade em si elas também não se manifestem.

O homem tem como característica a capacidade de criar e recriar seu cotidiano e sua produção material e imaterial. Nesse sentido, é preciso ressaltar que nenhuma sociedade ou cultura poderá existir parada no tempo, imutável. Ao contrário, seja pelo movimento interno de seus integrantes, ou pela ação de interação com outras culturas, a sociedade humana é capaz de incorporar novos elementos, rever antigos e formular novos modos de relação. Em suma: transformar está na natureza do homem, da cultura e da sociedade. Se pudéssemos pensar na ideia de imutabilidade da cultura como um fato, não poderíamos compreender as transformações modernas, pois sequer teriam ocorrido. Transformações essas que tão rapidamente se colocam aos nossos sentidos e nos provocam constantes adaptações, revisões, novas escolhas para que a ela nos incorporem à busca de nos adaptarmos ao nosso curso existencial. O homem é movimento, a cultura é movimento. Assim, é impossível pensar qualquer fenômeno cultural puro e imutável. Somos contaminados o tempo inteiro e as mudanças



se dão, seja por motivos internos ao nosso grupo social, seja pelo simples fato de interagirmos com outros povos.

Esse movimento de constante transformação que caracteriza a dinâmica cultural pode se dar de forma *endógena*, provocada pela adequação de questões internas de um povo; ou de modo *exógeno*, determinado pela relação interativa de um povo com outras culturas, ou seja, por questões externas ao grupo social.

A dinâmica da cultura pode ser determinada por questões de ordem interna ao grupo, decorrente do seu isolamento total de outro grupo; essas transformações são chamadas de endógenas. Quando são provocadas pela interação de um povo com diferentes culturas no processo de interação cultural, chamamos esse processo de mudanças exógenas (TOMAZZI, 1999).

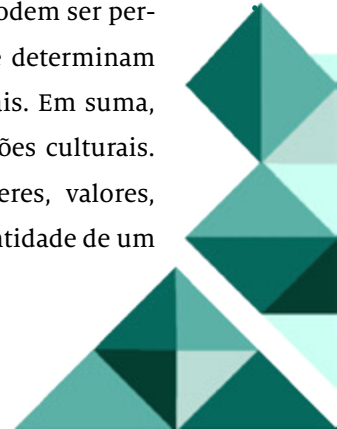
Certamente, a verificação de modificações de ordem *endógena* é mais difícil de ser estudada e seu movimento é muito mais lento, pois decorre da adaptação do grupo a questões impostas pelo isolamento social. As adaptações mais comuns, e mais estudadas pelos cientistas sociais, são as de ordem externa. As questões *exógenas* são determinadas pelo contato entre as culturas. Assim, o contato entre diferentes culturas promove a constante adaptação de uma à outra — esse processo de adequação em que uma cultura absorve traços e padrões culturais de outras, adaptando-os de modo a não perder sua identidade cultural, é chamado de *aculturação*.

Nesse processo de mobilidade, alguns traços e até mesmo alguns padrões da sociedade são substituídos por outros, porém não de modo a perder aquilo que caracteriza aquele grupo específico. Podemos citar,

por exemplo, a substituição gradativa da correspondência escrita enviada pelos Correios pela correspondência digital dos e-mails: uma série de traços de nossa cultura foi suprimida, como a imagem do carteiro que inspirou músicas (“*Quando o carteiro chegou e o meu nome gritou com uma carta na mão...*”) e construiu a credibilidade de uma das mais sólidas instituições brasileiras (os Correios), incentivou os colecionadores de selos e de papéis de carta. Esses fenômenos de nossa história estão dando lugar a todo um conjunto de relações em torno do mundo digital, assim como o fez o fogão a gás, em substituição ao fogão de lenha, a máquina de escrever pelo computador, as painéis de ferro, cobre e pedra pelas de alumínio. Não podemos esquecer também como hábitos e palavras de nosso dia a dia vão se adaptando, em contato com outros povos: já não mais apagamos (uso da borracha) as coisas ou as pessoas, “deletamos”; nem fazemos conexões, criamos *links* e baixamos (*download*) arquivos e informações.

Todo sistema social está em constante movimento, num processo contínuo de adaptação seja ele deflagrado por questões endógenas, quer pelo contanto intenso com outros grupos sociais, o que irá provocar mudanças por razões externas ou exógenas (TOMAZZI, 1999).

Desse modo, podemos dizer que é impossível que práticas sociais permaneçam inalteradas uma vez em contato com outras. Podem ser percebidos graus mais ou menos intensos de adequações que determinam uma maior ou mais lenta velocidade das mudanças culturais. Em suma, traços culturais são mais facilmente alterados que os padrões culturais. Entendem-se por padrões culturais aquelas práticas, fazeres, valores, crenças, produções imateriais, ou não, que constroem a identidade de um



povo: sua língua, seu credo, seus valores etc. — alterações nestas esferas são mais raras, porém não impossíveis, pois podem, dependendo do grau, levar a sociedade à submissão ou ao desaparecimento. Por outro lado, os traços culturais são mais flexíveis, permitem mais facilmente a adaptação: um exemplo é a recente reconciliação da Igreja Católica com a Igreja Luterana, ambas de fundamentação cristã. Percebe-se que para a reaproximação dos dois credos religiosos notamos que as igrejas católicas mais modernas suprimiram a imagem dos santos, ficando apenas a de Jesus ou a da cruz, que passou a ser admitida nas casas evangélicas — desse modo, adequando-se, ligeiramente, cada um dos grupos sociais permanece com suas práticas religiosas, porém, mais tolerantes com o seu contorno.

Caminhando para nossa conclusão, podemos dizer que qualquer sistema cultural está em constante processo de modificação, seja por lentas transformações internas, seja pela constante e intensa interação das sociedades. A velocidade, porém, dessas transformações dependerá da velocidade dos eventos históricos, ou, quem sabe, das tragédias naturais que atingem o grupo.

Cada sistema social está sempre em mudança e entender as mudanças é importante para compreender e atenuar o impacto das inevitáveis transformações, assim como para evitar o choque entre as gerações ou mesmo evitar preconceitos (TOMAZZI, 1999).

A dinâmica da cultura espelha a própria dinâmica social e materializa a capacidade única do homem que lhe permite adaptar-se, transformar seu meio e construir uma história que possa ser repassada de geração a geração

por meio da linguagem: fenômeno humano fundamental para a constituição do sentido de humanidade.

Ao final deste capítulo, você deverá rever as atividades propostas no seu curso virtual, retomando e realizando os exercícios propostos na Plataforma Virtual de Aprendizagem para esta etapa. Há, ainda, exercício de fixação de conteúdo que será avaliado conforme orientação na plataforma de aprendizagem. Consulte a agenda e veja as atividades a serem cumpridas.

Bom trabalho!

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

Questão 1:

Comente os principais conceitos contemporâneos de cultura.

Questão 2:

Comente a afirmativa: nenhuma sociedade pode ser pensada, desconectada de sua cultura, nem ao menos desvinculada da ideia da dinâmica cultural.

Unidade 2

Cultura, Comunicação e Poder

O objetivo dessa unidade é trabalhar as interações entre os conceitos de cultura e de comunicação e a articulação desses com as relações de poder que se instalam na sociedade contemporânea.

Iniciamos na reflexão sobre a cultura e a comunicação; as relações entre a linguagem verbal e a não verbal. Caminhamos para o estabelecimento de um campo comunicacional nos estudos culturais e seguimos por meio de categorias da comunicação, a partir dos estudos de Júlia Kristeva.

As relações entre cultura e poder serão analisadas a partir do surgimento do conceito de Estado Moderno e da concepção de identidade nacional. Passamos pela desconstrução da dicotomia entre os padrões culturais de origem popular e

os de origem nas classes dominantes e pelas artimanhas da indústria cultural como estratégia de controle social.

Compartilhamos nessa unidade da utopia para a superação de nossos condicionamentos para construirmos um mundo mais justo e igualitário, no qual a diversidade e a pluralidade cultural sejam padrões culturais que configuram a identidade social.

Cultura e Comunicação



[...] isso sugere não existir o que chamamos de natureza humana independente da cultura. Os homens sem cultura não seriam os selvagens inteligentes de Lord of the Flies, de Golding, atirados na sabedoria cruel dos seus instintos animais; nem seriam eles os bons selvagens do primitivismo iluminista, ou até mesmo, como a antropologia insinua, os macacos intrinsecamente talentosos que, por algum motivo, deixaram de se encontrar. Eles seriam

Interações Culturais

monstruosidades incontroláveis, com muito pouco instintos úteis, menos sentimentos reconhecíveis e nenhum intelecto: verdadeiros casos psiquiátricos. Como nosso sistema nervoso central — e principalmente a maldição e a glória que o coroam, o neocórtex — cresceu, em sua maior parte, em interação com a cultura, ele é incapaz de dirigir nosso comportamento ou organizar nossa experiência sem a orientação fornecida por sistemas de símbolos significantes (CLIFFORD GEERTZ, apud LARRAIA, 2006, P. 104).

Se o estudo dos antecedentes históricos da cultura nos conduziu à verificação da cultura como resultante do processo de socialização do homem, chegamos agora à verificação de que o homem constitui cultura porque domina a linguagem: um complexo sistema simbólico que lhe permite transmitir sua história de geração para geração, possibilitando a continuidade do que está instituindo e criando condições para que as novas gerações continuem construindo sua história, referenciada por aquela que faz parte de seu percurso como homem.

O homem constitui cultura porque é capaz de dominar a linguagem, o que lhe permite transmitir sua história de geração a geração.

Assim, parece-nos que a linguagem efetivamente tirou o homem do mundo da barbárie. Mas o que entendemos como linguagem? Como se dão suas relações com a cultura?



4.1 Cultura, linguagem e comunicação

Como uma manifestação humana, podemos dizer que a cultura é eminentemente comunicacional, pois ela já se estabelece numa expectativa de mediação com outros sujeitos, constituindo-se como linguagem. Para Julia Kristeva (1999, p. 37), “[...] quem diz linguagem diz demarcação, significação e comunicação. Neste sentido, todas as práticas humanas são tipos de linguagem visto que têm a função de demarcar, significar e comunicar”. Se cultura se constitui como linguagem, podemos pensar que os estudos culturais colocam mais dinamicidade à relação comunicativa entre os homens e entre estes e a sociedade, uma vez que possibilitam o acesso a algumas das chaves que colocam a cultura desnuda do mito das abordagens geneticistas⁸ ou sobre-humanas.

[...] quem diz linguagem diz demarcação, significação e comunicação. Neste sentido, todas as práticas humanas são tipos de linguagem visto que têm a função de demarcar, significar e comunicar (JULIA KRISTEVA, 1999, P.37).

Desse modo, faz-se necessária uma breve análise das práticas culturais também à luz das Teorias Gerais da Comunicação, uma vez que o fenômeno cultural carrega consigo a possibilidade de constituir o gênero humano, comunicando-o aos sentidos dos sujeitos interativos no meio social.

⁸ Vale lembrar aqui que as abordagens geneticistas do termo cultura consideram-na como adquirida antes do nascimento. Releia o texto sobre as irmãs Amala e Kamala no primeiro capítulo deste fascículo.

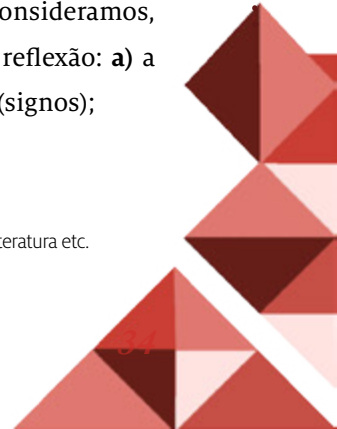
Ao considerarmos que a cultura se caracteriza como um complexo sistema não linear exteriorizado na intersemiose⁹ das práticas culturais, entendidas como signos, podemos afirmar que a interação dos sistemas culturais evidencia uma tendência comunicativa da própria cultura. Mas como esses sistemas demarcam e significam? Como se configuram como linguagem? Não é objetivo deste trabalho responder definitivamente a todas essas questões, mas sim contribuir para a sua inserção nos debates sobre o ato comunicativo inerente às práticas humanas.

Consideramos a cultura como um complexo sistema não linear evidenciado em diferentes práticas culturais que podem ser pensadas como signo. Assim, esse complexo sistema pode ser verificado na intersemiose, no movimento desses signos (JULIA KRISTEVA, 1999)

Podemos afirmar, até agora, a evidência de que a cultura se estabelece numa relação dialógica, comunicativa, dos sujeitos entre si e com a sociedade, possibilitando ao ser social testar e escolher diferentes tipos de experimentação sensíveis e intercambiáveis com seus pares. Assim, parece também fato que os diferentes fenômenos sociais dialogam para além de si mesmos. *Mas, nos perguntamos, como? Para quem mais eles comunicam?*

Somos aqui colocados diante de uma questão sobre o conceito de comunicação. Para dar cabo às reflexões que se seguem, consideramos, inicialmente, os seguintes pressupostos para iniciar nossa reflexão: **a) a comunicação como a transmissão codificada de informações (signos);**

⁹ Intersemiose é a interação de linguagens, por exemplo: pintura e cinema; arte e literatura etc.



b) que toda comunicação humana começa no corpo — nessa mídia primária, e a ele retornará; e **c)** a cultura constitui-se como linguagem, um ato comunicativo com tendência para o outro (as práticas sociais). A interação dialógica desses pressupostos está materializada na própria natureza da sociedade e da cultura. Consideramos, também, que podemos perceber que as práticas culturais e seu processo são constituídos por signos verbais (palavra escrita ou falada) e não verbais (sons, imagens, grafismos, cheiros etc). Para o desenvolvimento dessa questão, retomamos mais uma premissa: a cultura é a expressão e a materialização do pensamento humano, posto em uma relação comunicativa, entre os membros de uma sociedade.

a) a comunicação é a transmissão codificada de informações;

b) toda comunicação humana começa no corpo e a ele retornará;

c) a cultura constitui-se como linguagem com tendência para o outro (BAITELLO JUNIOR).

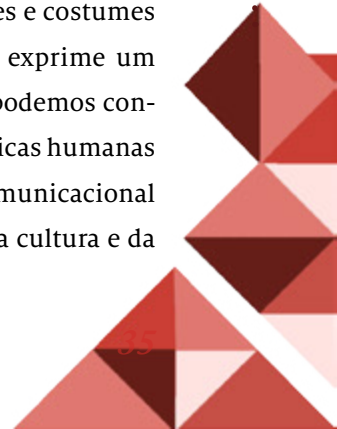
Kristeva (1999, P. 130), em sua reflexão sobre a linguagem, afirma que “[...] O homem moderno está mergulhado na linguagem, vive na fala, e é assaltado por milhares de signos, a ponto de já quase ter uma existência de emissor e de receptor” e assim ele se constitui numa realidade signica¹⁰ As práticas culturais põem-se nesse contexto como mais um conjunto de sig-

¹⁰ Realidade de representações. Signo é tudo o que se coloca no lugar de outra coisa: a palavra “mesa” é signo do objeto “mesa”. Signo como representação é um conceito derivado da Semiótica em suas vertentes francesa, americana e russa.

nos complexos pertencentes a diferentes sistemas semióticos não lineares: um conjunto de combinações de signos visuais e verbais que vai se estruturar como uma linguagem. A linguagem — matéria do pensamento, bem como um elemento de comunicação social — é como uma chave que permite o acesso à história social, uma via de acesso ao funcionamento da sociedade. A partir disto, podemos concluir que linguagem é o “[...] processo de comunicação de uma mensagem entre dois sujeitos falantes pelo menos [...]” Sendo, cada sujeito, simultaneamente, destinador e destinatário de sua própria mensagem, o que já admitiria a existência de um diálogo interno no sujeito. Assim, pode-se perceber que a linguagem, ao se materializar nas práticas culturais, evidencia o funcionamento da mente no diálogo que esta estabelece consigo mesma, porém, mediado por aquilo que foi adquirido no convívio social.

As práticas culturais se estruturam como linguagem visual e ou verbal; a linguagem a chave de acesso à história social e garantindo o funcionamento da sociedade. Nessa relação comunicativa, cada sujeito é destinador e destinatário de sua própria mensagem (KRISTEVA, 1999).

Se a linguagem reveste-se de um caráter material, seja esse caráter uma cadeia de sons articulados, uma rede de escritos, um jogo de gestos, seja um conjunto semiestruturado de grafismos diversos, valores e costumes de um povo, conclui-se que essa materialidade produz e exprime um pensamento, ou seja, essa materialidade comunica. Logo, podemos concluir que a cultura, materialização do pensamento e das práticas humanas no convívio social, comunica. Assim, esse é um campo comunicacional que se desdobra, e é de vital importância para os estudos da cultura e da



sociedade. A cultura, materialização do pensamento e das práticas humanas no convívio social, comunica.

As práticas culturais, compreendidas na sua complexidade e dinâmica, põem-se como um conjunto de signos complexos pertencentes a diferentes sistemas semióticos não lineares: um conjunto de combinatórias de signos visuais e verbais que vai se estruturar um determinado conjunto de signos como uma linguagem.



1 – O gesto age como a materialização do pensamento humano no processo de comunicação entre os membros de uma sociedade.

2 – A linguagem é a chave que permite o acesso à história social, constituindo-se como uma via ao funcionamento da sociedade.

3 – A comunicação é a transmissão codificada de informações.

4 – Convenções do pensamento e das práticas humanas no convívio social comunicam diretamente, seja por meio de um uniforme ou de qualquer outro elemento.

4.2 O campo comunicacional nos estudos culturais

Iniciaremos com uma breve reflexão sobre os conceitos de comunicação. Lúcia Santaella, em *Comunicação e Pesquisa*, apresenta a síntese de alguns estudos, bem como definições do termo. Entre esses, a ideia de comunicação unilateral admitida por Meyer-Eppler (apud SANTAELLA, 2002a, p. 46), para quem a comunicação seria a “[...] recepção e o processamento de sinais detectáveis física, química ou biologicamente por um ser vivente [...]”, mesmo que a fonte fosse um objeto inanimado. Na esteira desse embate, a autora nos conduz à ideia de interação mútua de Shannon e Weaver (apud SANTAELLA, 2002a, pg 48) que definem comunicação como “[...] todos os procedimentos pelos quais uma mente pode afetar outra”; ou ainda à ideia de que a comunicação é um princípio organizacional da natureza, e “[...] de fato, todos os organismos biológicos, incluindo as plantas, recebem avaliam e enviam mensagens — para eles a comunicação é um “princípio de organização da natureza”. No desenvolvimento da linha de pensamento sobre a comunicação, chegamos aos princípios da comunicação humana discutidos por DeVito (apud SANTAELLA, 2002^a, 51), para quem comunicação “é um pacote de signos; [...] envolve conteúdo e dimensões relacionais; [...] envolve transações simétricas e complementares; a comunicação é transacional; a

comunicação é inevitável, irreversível e irrepitível”. Será a partir desse conceito que trabalharemos com as relações entre cultura e comunicação.

Porém, é preciso também avançar em relação à reflexão de outros elementos do ato comunicativo: a congruência entre o emissor e a interpretação do receptor, bem como a intencionalidade ou a tentativa consciente do emissor de influenciar o receptor por meio de uma mensagem. Assim, todo ato comunicativo pressupõe em si a existência de uma intenção do emissor, a qual tem que ser identificável por parte do receptor. Nesse aspecto, podemos perceber o papel fundamental da cultura no processo de comunicação humana como o elemento aglutinador, aquele que torna possível compreender a linguagem.

A comunicação é um processo de ajustamento que envolve conteúdo e dimensões relacionais, transações simétricas e complementares; a comunicação é transacional; a comunicação é inevitável, irreversível e irrepitível. Cultura é o elemento aglutinador que torna possível compreender esse pacote de signos mediado pela intencionalidade do emissor e a capacidade de identificação do receptor.

No campo comunicacional estabelecido pelo homem, estão inseridas as relações que se estabelecem entre as ideias, sua materialização e seu compartilhamento na sociedade como manifestação da cultura. Assim, analisar os fenômenos culturais como atos comunicativos, como resultantes num processo que demarca, significa e comunica, é primordial para a sequência deste estudo que busca perseguir os caminhos e as artimanhas das práticas culturais. Pretende-se, então, compreender como categorias comunicativas podem ser evidenciadas nos estudos culturais, revelando níveis de diálogo presentes no organismo social.

As investigações dos aspectos comunicativos dos fenômenos culturais levam: ao contexto psicossocial da comunicação, à relação compartilhada

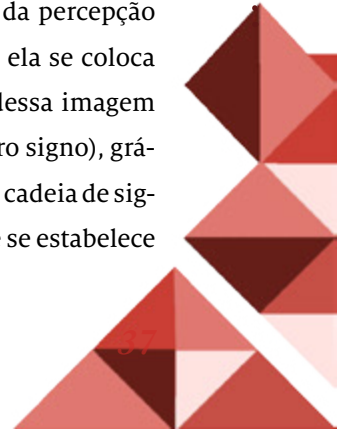
dos esquemas mentais da produção cultural e ao compartilhamento das relações do homem com os fenômenos sensíveis socialmente construídos. Esses fenômenos aparecem à mente e causam-lhe um efeito que gera signo: gera uma mediação.

A percepção dos fenômenos sociais causa um efeito na mente e gera signos, ou seja, gera uma mediação entre o fenômeno e quem o percebe. Definiremos, por enquanto, signo como qualquer coisa determinada por alguma outra coisa que ele representa, tornando possível sua percepção. Nesse sentido, podemos pensar que a cultura é capaz de fazer com que os objetos colocados aos sentidos sejam os mesmos para todos aqueles que compõem o mesmo grupo social, e que a imagem gerada pela impressão desse objeto na mente é a mesma para todos (ressalva feita aos desvios patogênicos), porém, o efeito da percepção comunicativa, assim como sua representação e sua materialização (como signo oral ou escrito, ou ainda pela infinita variedade do signo visual) pode não ser a mesma para todos, embora semelhante e compreensível por seus pares culturais.

Signo: qualquer coisa determinada por alguma outra coisa que ele representa, e, como tal, torna possível a percepção dos fenômenos.

A cultura, como signo, torna possível que membros de uma mesma cultura percebam e reconheçam suas práticas culturais, pois compreendem a dinâmica e o movimento que permitem a noção de pertencimento social.

A partir dessas considerações, somos levados a pensar que a relação *imagem mental/fenômeno* é natural, que pertence ao campo da percepção dos fenômenos no mundo biofísico: como objeto dinâmico ela se coloca como imagem na mente (quase-signo). Já a denominação dessa imagem (um signo), por meio de qualquer tipo de representação (outro signo), gráfica ou não, estabelece uma relação signo/imagem mental — a cadeia de signos intersubjetivos daí decorrente gera um interpretante que se estabelece



na configuração de códigos elaborados ou restritos, dependendo do maior ou do menor grau de subjetividade inerente aos códigos estabelecidos.

A comunicação se dá, então, a partir da circulação desses signos intersubjetivos, os quais só podem combinar com outros signos de modo mais ou menos limitado ou reconhecível, estabelecendo-se como um ato inerente à comunicação humana.

A comunicação se dá na circulação desses signos intersubjetivos que, combinados com outros signos, armazenados e transmitidos, estabelecem um ato comunicativo.

Os estudos sobre a “comunicação” e a circulação de signos intersubjetivos, combinados de modo mais ou menos reconhecíveis, formam um conjunto polissêmico que conduz à diversidade infinita de compreensões desse fenômeno¹¹. Mas todos têm um ponto em comum, pelo menos a ideia de que existe um processo de transmissão e armazenamento de algum tipo de informação: seja essa de ordem biológica (como os códigos de transmissão genética), seja de ordem do complexo campo da comunicação humana.

4.3 Categorias comunicacionais nos estudos culturais

A análise dos fenômenos culturais pode evidenciar as artimanhas da cultura em ação e sua interação como linguagem que demarca, significa e comunica algo por meio das marcas deixadas na prática social. Cabe estabelecer como se dá esse ato comunicativo, bem como sua manifestação em categorias comunicativas. Nosso objetivo é, pois, evidenciar a manifestação das

¹¹ Signo é representação que gera sentido. Pode-se afirmar que um conjunto polissêmico é composto por uma associação de sentidos em busca da diversidade.

esferas interacionais, ou categorias comunicacionais expressas em três níveis: *o diálogo intrapessoal, o diálogo interpessoal e o diálogo cultural*. Vale salientar que estamos separando esses níveis por mero didatismo, pois no ato comunicativo é praticamente impossível isolar ou identificar seus limites, principalmente vê-los isolados do nível cultural.

4.3.1 A comunicação intrapessoal

A afirmação de Kristeva, em sua teoria sobre a linguagem, de que só se pode decifrar aquilo que se fala, define que o “emissor” de uma determinada mensagem é o seu primeiro interlocutor. Desse modo, a análise primeira da comunicação indica uma compreensão dos mecanismos intermos do sujeito em diálogo consigo mesmo, num processo de (re) significação, e consequente reflexão sobre diversificação do conteúdo dos objetos que se põem à sua percepção.

Só se pode decifrar aquilo que se fala, portanto, o emissor de uma mensagem é o primeiro interlocutor de si mesmo no ato comunicativo.

Essa reflexão caracteriza o aspecto do diálogo da mente consigo mesma, à medida que se estabelecem as relações e desdobramentos da ação em ato: uma comunicação interna que envolve um emaranhado de outras ações que buscam prever o resultado, adequando o meio à melhor e a mais ágil maneira de atingir o proposto — a cultura, ou signo em construção na mente do próprio sujeito de sua criação. Podemos pensar que o fruto desse processo é uma linguagem que não é, segundo Fischer em seu livro *A necessidade da Arte* (1987, p. 26), “[...] nem inteiramente o produto da impressão criada pelos objetos, nem inteiramente o produto da vontade arbitrária daquele que fala”.

São signos em articulações que definem na mente um conceito de espacialidade e de temporalidade, em busca de materializar sua mensagem mediada pelo sujeito criador e suas relações no/com o mundo que se constitui em sua interioridade. Desse modo, esse primeiro nível comunicativo, que se estabelece nos estudos culturais, é predominantemente da ordem biopsicológica: corpo e mente numa interação sensível consigo mesmos. Porém, esse diálogo prescinde de um conjunto mais amplo de relações para se constituir como ato comunicativo.

O primeiro nível comunicacional é predominantemente biopsicológico e se estabelece internamente no diálogo do sujeito consigo mesmo e com as relações internas de sua constituição.

4.3.2 Comunicação interpessoal: o diálogo com o outro

Entende-se, convencionalmente, por comunicação interpessoal: a comunicação entre pessoas frente a frente, considerando toda a gama de signos que permitem a interação entre um e outro sujeito, assim como toda a variedade tecnológica contemporânea que possibilita estar frente a frente com outro. Mas esse conceito pode e deve ser ampliado, pensando-se nele como a interação humana na verificação dos índices decorrentes das adaptações e correções originadas da interlocução com o outro. Essa interação comunicativa parece estar expressa, por um lado, pelas marcas ou impressões que esse outro sujeito deixou na memória do nosso primeiro sujeito, ou, por outro lado, na expectativa de posicionamento desse outro em relação ao espaço perceptivo das práticas sociais. A existência desses dois sujeitos (um *sujeito produtor* e um *sujeito interlocutor*) em ação dialógica estabelece o segundo nível comunicacional. Cada um dos sujeitos, a partir

de um diálogo íntimo e com sua experiência, estabelecerá certo grau de interlocução, como produtores das interfaces culturais que caracterizam qualquer tipo de comunicação.

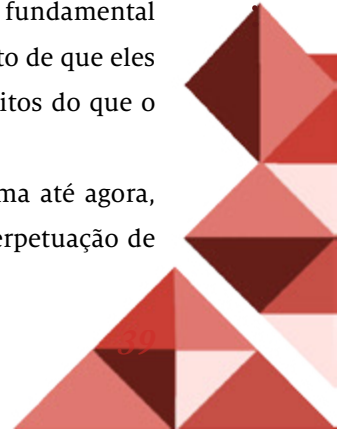
O segundo nível comunicacional é dado na percepção da existência de um sujeito produtor da mensagem e outro interlocutor, uma ação dialógica em que cada um deles, a partir de seu diálogo interno, estabelece algum grau de interlocução, ou expectativa de recepção, com o outro.

Salientamos que nenhum de nossos sujeitos, nem suas produções, interativas ou não, têm significação, se desconsiderado o contexto socio-cultural que os gera e que é gerado também pela ação deles, pois é esse contexto que possibilita a interação dos diferentes sujeitos e constitui o que comumente chamamos de sociedade.

4.3.3 O diálogo do possível: o nível cultural da comunicação

Dessa entrega ao todo social emergem definitivamente os elementos mais amplos da interação subjetiva. É nesse ponto que o processo de interlocução atinge sua plena dimensão. A cultura e os elementos de sua gênese só podem ser apreendidos ou percebidos pelos sentidos porque estão mediados por sistemas de linguagem verbais e visuais, signos intercambiáveis em diferentes sistemas semióticos que, conseqüentemente, permitem a ideia de comunicação impressa nos fenômenos culturais. É fundamental considerar que a percepção desses fenômenos se deve ao fato de que eles podem ser compartilhados por um conjunto maior de sujeitos do que o formado pela relação anteriormente apresentada.

Toda a interlocução que nos permitiu discutir este tema até agora, mesmo Zora — nossa lendária cidade — é resultante da perpetuação de



práticas sociais institucionalizadas e compartilhadas pelo corpo social que permitem e tornam possível a compreensão de nosso debate. Essas práticas socializantes são configuradas no bojo daquilo que define a sociedade humana como distinta de outros grupos biológicos zoologicamente evoluídos: a permanência de sua capacidade de transmissão dos fenômenos constituídos historicamente pelo vivido no corpo social (memória social) e da sua transformação no desenvolvimento da sociedade humanamente constituída.

Configura-se aí um diálogo com a tradição e com tudo aquilo que define e identifica o corpo social como tal: *a interlocução cultural*.

É na impossibilidade de existência desconectada das práticas sociais que se constitui o *diálogo cultural*, expresso no próprio movimento de geração de cultura. Esse diálogo cultural é híbrido, é em si intertextual, sincrético, múltiplo, polifônico e orgânico. Opõe-se à lógica cartesiana, pois seu encarceramento pela razão encontra dificuldades de veracidade. A cultura, como interlocução na mente criadora, é a mediação de diferentes linguagens, diversos sistemas semióticos (ideológicos, econômicos, estéticos, éticos, étnicos, temporais, espaciais — por exemplo).

O terceiro nível comunicacional é predominantemente social e se estabelece na interlocução cultural, ou seja, dá-se no diálogo contínuo com a tradição, com a história social, com a memória social, com a capacidade permanente de reflexão, transmissão e transformação da sociedade.

O diálogo cultural é híbrido, intertextual, sincrético, polifônico e orgânico.

Até aqui podemos afirmar que compreender ou mesmo viver a cultura depende de relações estabelecidas entre os sujeitos no convívio social. Para tal, é necessário que nos entendamos como seres em relação, que têm na comunicação e no diálogo entre os diferentes, o seu mote de entendimento. Desse modo, não podemos pensar cultura, ou as interações

culturais, se não a compreendermos como um fenômeno comunicacional, e muito menos, se não entendermos comunicação como um fenômeno cultural. Nasce, portanto, uma simbiose entre cultura e comunicação.

Até aqui, desenvolvemos o conceito de cultura desde seus antecedentes históricos às teorias modernas sobre o termo. Aprofundamos nossos conhecimentos sobre as relações de cultura e da comunicação, a partir do entendimento das práticas culturais como linguagens estabelecidas em diferentes níveis comunicacionais. Agora, é hora de retornarmos à Plataforma Virtual de Aprendizagem e realizar as atividades e leituras propostas.

Bom trabalho!



QUESTÕES PARA REFLEXÃO

Questão 1:

O que você entendeu por linguagem?

Questão 2:

Cultura pode ser entendida como comunicação? Por quê?
Como se dão as relações da comunicação com a cultura?

Questão 3:

Sintetize os níveis comunicacionais evidenciados nas práticas culturais.

Cultura e Poder

[...] as preocupações com a cultura se consolidaram junto com o processo de formação das nações modernas dominadas por uma classe social; junto ainda com uma marcada expansão dos mercados das principais potências europeias, acompanhando o desenvolvimento industrial do século passado (séc. XIX) [...] surgiram associados tanto ao progresso da sociedade e do conhecimento quanto a novas formas de dominação.

[...] como dimensão do processo social, a cultura registra as tendências e conflitos da história contemporânea e suas transformações sociais e políticas. Além disso, a cultura é produto da história coletiva por cuja transformação e por cujos benefícios as forças sociais se defrontam (SANTOS, 1983, p.17).



Cultura é um legado da sociabilidade do homem, como vimos nos capítulos anteriores. Porém, muitas vezes, é pensada em relação a uma classe dominante, atendendo aos interesses de um determinado grupo social, nos moldes das relações capitalistas de produção e poder, fazendo parecer que todas as diferenças decorrentes das camadas sociais estão incorporadas e vivem em harmonia, sem conflitos. Segundo Nelson Tomazzi (1999, p 43), “a cultura relacionada à classe dominante incorporaria [...] manifestações ligadas a experiências culturais aristocráticas, mas também operárias, camponesas e indígenas”.

[...]a cultura relacionada à classe dominante incorporaria [...] manifestações ligadas a experiências culturais aristocráticas, mas também operárias, camponesas e indígenas (TOMAZZI, 1999, p. 43).

A consideração de Tomazzi nos leva a uma reflexão que conduzirá nosso trabalho neste capítulo: a percepção da sociedade nos leva a observar duas grandes categorias de cultura, uma cultura das classes dominantes, chamada de erudita, e outra oriunda do povo, chamada de popular. Vamos desenvolver estas duas categorias, porém, iniciaremos por uma ponderação acerca da ideia de cultura nacional e suas origens no conceito de Estado Moderno.

5.1 Estado moderno X identidade nacional

Para pensarmos sobre a ideia de uma cultura nacional, precisaremos de um breve entendimento sobre a formação do Estado Moderno e de sua premissa de identidade nacional.

Poderíamos dizer que o chamado *Estado Moderno* surgiu na Europa do século XVII, decorrente da sociedade moderna que se instaurou em decorrência das grandes transformações sociais, culturais, econômicas, religiosas e políticas daquela época. Surge com esse novo modo de olhar o mundo a ideia de povo, de interesse geral, de nação, bem como a separação entre o público e o privado. O conceito de Estado Moderno também promove a gradativa separação entre o poder político do Estado e o poder religioso da Igreja, que passam a trabalhar em conjunto, porém, constituindo uma natureza separada — diferentemente do período feudal, fato que reflete um conjunto de transformações nas práticas culturais do novo mundo que se configurava.

A primeira forma de Estado Moderno foi o *Absolutismo*, caracterizado pelo poder centralizado na figura do rei e, também, pelo surgimento de uma nova camada social que se apresentou aos estamentos tradicionais do clero e da nobreza: a burguesia, que enriqueceu com as atividades comerciais e provocou mudanças nas práticas sociais, exigindo novos valores e padrões culturais. Financeiramente poderosa, diante dos monarcas em processo de falência econômica, não demorou a ser atriz no processo de definição de políticas e alianças da monarquia. Com o apoio burguês, o estado monárquico foi caracterizado pela centralização do poder na figura do rei: os poderes militar, econômico e jurídico, que se separaram do poder da Igreja. Esse processo não foi pacífico, porém, não é este o nosso foco de atenção, pois nos interessa apenas mapear a transferência do poder divino

para as mãos do homem, ação determinante para nosso raciocínio sobre cultura e poder, pois está aí o berço da separação entre o público e o privado e o conceito de nação, noções definidoras das práticas sociais e da definição de novos padrões culturais para esse novo mundo em formação.

As sociedades começaram a perceber que mais interessante que ter pequenos reinos, frágeis à invasão dos inimigos, seria mais viável a união de forças entre grupos com certa afinidade nas suas práticas culturais cotidianas; assim, reunidos sob o comando de um grande rei, teriam uma língua comum, uma religião comum e, principalmente, um exército comum que lhes permitiria melhor e mais eficientemente se defender de possíveis inimigos. Nascia, assim, o Estado Moderno, a ideia de povo e a ideia de nação.

A evolução do Estado Moderno para suas duas outras formas: o *Estado Liberal* e o *Estado de Bem-estar social* marcou a separação não só do poder do Estado do poder da Igreja, mas principalmente, entre os interesses privados e os interesses públicos, da nação.

O Estado Moderno se dividiu em Estado Liberal e Estado de Bem-estar social, e arcou a separação do poder do Estado do poder da Igreja.

Assim, ao longo desse processo, a figura do rei dissociou-se da figura do Estado. O poder econômico da burguesia comercial transformou-se na mola propulsora dos interesses dessa classe e na separação dos que detinham o poder financeiro daqueles que somente tinham como moeda de negociação a própria força de trabalho. Surgia então a distinção entre burguesia e povo, entre as classes dominante e dominada. Essa separação se evidenciou num conjunto de práticas culturais que demarcava a identidade de cada grupo social, assegurando, ou buscando assegurar a manutenção da nova ordem social.

Configurou-se uma ideia de identidade nacional centrada na predominância dos interesses e das práticas sociais e culturais da camada da população detentora do poder econômico, em detrimento das demais manifestações culturais, decorrentes das tradições populares e do folclore, não determinantes daquilo que caracterizaria uma nação, apenas variações internas de menor peso na configuração da chamada identidade nacional. Uma identidade sem considerar as diferenças internas que constituíam a sociedade moderna. Assim, criava-se uma nova separação, não mais entre o divino e humano, mas entre o popular e o erudito.

5.2 Cultura popular e cultura erudita: separação impossível

Para desenvolvermos os conceitos de popular e de erudito na análise da cultura, temos que considerar uma advertência: como pensar em cultura nacional, em “cultura nacional Brasileira” sem considerar todas as suas variações internas?

Precisamos entender que essa separação atende a interesses externos ao conceito de cultura, manifestando interesses particulares, específicos de uma determinada camada social, demarcados pelos interesses de uma classe dominante, portanto, à ideologia estabelecida pelo poder econômico por meio dos meios de comunicação de massa — os quais também se encontram a serviço dessa ordem social particular. Perpetuam-se valores de um grupo sobre os demais por meio de um conjunto de ações norteadas pela ideologia capitalista. Marilena Chauí nos adverte que o discurso ideológico pretende anular as diferenças entre o pensar, o dizer e o ser, “unificando pensamentos, linguagem e realidade”, de modo a universalizar uma

imagem, a imagem dominante, fazendo com que o seu ponto de vista seja considerado universal.

Desse modo, o Estado contemporâneo se organiza do ponto de vista da classe dominante. Se a realidade social é constituída pela diferença, o Estado parece tender a criar um discurso de unidade, de identidade e de homogeneidade, a partir de um único ponto de vista: o da manutenção do poder, viabilizado por todo um aparato de controle dos indivíduos — o que pode ser observado na produção de Michael Foucault, em obras como *Vigiar e Punir* e *História da Loucura*. Na leitura de Foucault, podemos perceber como práticas culturais são incorporadas pelo Estado de modo a assegurar um controle, um “poder disciplinar” que procura manter as vidas, as atividades, o trabalho, a infelicidade e os prazeres do indivíduo, assim como sua saúde física e moral, suas práticas sexuais e sua vida familiar, sob estrito controle disciplinar.

Se a realidade social é constituída pela diferença, o Estado parece tender a criar um discurso de unidade, de identidade e homogeneidade a partir de um único ponto de vista: o da manutenção do poder (TOMAZZI, 1999, 50).

A separação interna da cultura em uma modalidade oriunda das classes populares, a *cultura popular*, e outra decorrente da necessidade de manutenção do poder econômico e social por parte da burguesia, a *cultura erudita*, parece-nos, portanto, ser resultado de uma “verdade” amplamente veiculada por um fenômeno do estado moderno contemporâneo: a *indústria cultural*, que ignora a caracterização de a identidade nacional pelo conjunto das práticas culturais do povo de uma nação, desde suas

manifestações ligadas às suas tradições até todas aquelas que decorrem das inovações tecnológicas.

Não descartando a ideia de sociedade dividida artificialmente em classes sociais, poderíamos dizer que a elite e a erudição produzem o conhecimento que está nos livros, que se ensina nas escolas, que se vê no cinema, se ouve nos teatros e concertos. Porém, não eram *Romeu e Julieta*, ou *Hamlet* escritos para serem encenados em teatros populares destinados ao entretenimento da plebe inglesa? Como separar, na cultura brasileira, qual feijoada é a erudita ou qual é a popular? E o carnaval, é uma festa do povo ou da elite? A música sertaneja, o funk, o hip hop? Seria a identidade nacional formada somente por traços da cultura oriundos das camadas dominantes ou pelo conjunto de traços e padrões diferentes que se manifestam em cada grupo social em sua particularidade e singularidade? As respostas a esse tipo de argumentação parece ser o conjunto reflexivo que a indústria cultural tenta evitar. Verificamos que a distinção entre a cultura da elite e a do povo não está nas práticas culturais em si, mas no modo como elas são “comunicadas”, veiculadas. Mas qual é o papel da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa na perpetuação ou na superação da ideia de que há uma cultura da elite e outra do povo?



5.3 Indústria cultural e o mmc: instrumentos de controle social

A ideia de indústria cultural está, intimamente, associada à de cultura de massa — algo nem erudito, nem popular, mas um produto massificado que vende um modo de vida. Assim podemos pensar que essa indústria “vende” cultura de massa, que ela comercializa bens culturais, elementos daquilo que compreendemos como produção cultural, desvinculados da relação produtor–cultura.

A indústria “vende” cultura de massa, comercializa bens culturais.

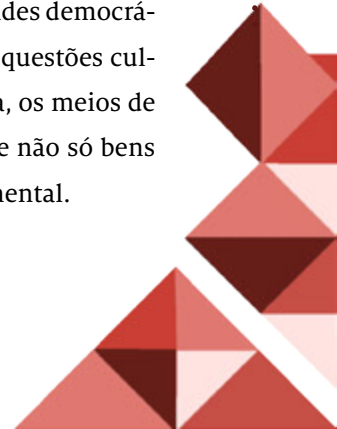
Podemos tratar de indústria cultural a partir do momento que compreendemos que as práticas culturais podem ser transformadas em bens e, como tais, comercializadas como “mercadoria”. Se até o início da Era Moderna a escrita e a leitura eram privilégios do clero, a proliferação dos jornais no século XVIII marca o momento em que podemos dizer que se forma uma indústria de bens culturais. A mudança da lógica de vida que migra para as regiões urbanas em decorrência da eminente industrialização, que exige tanto mão de obra quanto a constituição de um mercado consumidor, é característica do modelo socioeconômico que se formava.

O fortalecimento da burguesia comercial, classe social enriquecida pelo trabalho, porém desprovida de uma identidade cultural própria e colocada de lado das tradições da aristocracia, fomentou o interesse por bens culturais. A imagem desse mundo social novo necessitava ser propagada, generalizada, imposta como verdade para que pudesse se consolidar e permanecer como tal. Assim, saraus, livros, espetáculos musicais e teatrais, a arte e toda sorte de manifestações tidas como eruditas precisavam ser associadas ao gosto dessa classe social emergente. Surge então, essa nova indústria que, esvaziando o conteúdo específico de determinados

bens culturais, vendia um “modo de vida” sob a lógica da lucratividade, na qual era evidente a fragmentação do produtor em detrimento do novo modelo que se instaurava.

A indústria cultural, ao longo do século XX, ganhou maior expressão e poder de sedução com a invenção do rádio e da televisão e, mais recentemente, das mídias digitais na Internet. Esse desenvolvimento tecnológico permitiu a reprodução dos mais variados produtos culturais, produzidos em série, porém, sem sua efetiva socialização pois, embora acessíveis, o que se tem é um produto esvaziado das relações sociais que o produziram o que também determina, dessa forma, um consumidor passivo dessas novas “mercadorias”, veiculadas pelos meios de comunicação de massa (rádio, televisão, jornais e revistas impressas e digitais).

São muitas as análises e críticas sobre esse modo de comercialização. Para Adorno (2002), a indústria cultural, que conduz ao imobilismo, tem como meta principal a dependência e a alienação do homem, o que se dá mascarando a realidade de modo a afastá-lo da percepção ativa do mundo sensível e de colocá-lo num estado letárgico, que não o permite perceber-se inserido num processo de manipulação e exploração pela sociedade capitalista. Já MacLuham era mais otimista em relação aos meios de comunicação de massa, pois acreditava que a indústria cultural diminuiriam as diferenças e promoveriam uma “globalização” da informação. Por outro lado, para Umberto Eco (2001) essa modalidade industrial não seria privilégio das sociedades capitalistas, mas sim de todas as sociedades democráticas, pois na sociedade contemporânea industrial, todas as questões culturais devem ser pensadas a partir de tal fato. Sob essa lógica, os meios de comunicação de massa deveriam veicular valores culturais e não só bens culturais, processo em que o papel dos intelectuais é fundamental.



Outro autor que debate a questão é Walter Benjamim (1985), para quem os meios de comunicação de massa (MCM) poderiam emancipar o público, melhorando, dessa forma, a sociedade, uma vez que as novas formas de produção cultural propiciariam mudanças na percepção e na assimilação do público que teria acesso às práticas até então restritas às classes dominantes. Tomando essa perspectiva como referência, podemos pensar que se a indústria cultural de um lado, por meio dos MCM, esvazia o conteúdo das práticas culturais e busca a homogeneização do comportamento e dos valores, de modo a assegurar um maior controle e a manutenção do funcionamento da sociedade como estão configurados pelo modo de produção capitalista, por outro, na contemporaneidade, os novos modos de relacionamento com a indústria cultural geraram a possibilidade de pensar a diferença, a particularidade e a diversidade.

Nesse sentido, Benjamim antevia que o desenvolvimento tecnológico inviabilizaria o controle dos MCM, possibilitando que novas relações de poder se configurassem.

Hoje, indiscutivelmente, estamos em plena era da imagem. Não há mais espaço para se debater se os meios de comunicação de massa poderão ou não emancipar as sociedades. Se retomarmos o capítulo introdutório deste livro, podemos lembrar que as ideias de revolução, as grandes batalhas ideológicas que moveram o século XIX e boa parte do século XX não se efetivaram como conquistas capazes de transformar a realidade cotidiana do mundo. A industrialização, e, atualmente, a informatização das relações e dos meios de comunicação permitiram (em parte) o livre acesso ao acervo mundial digitalizado de conhecimentos, porém ainda padecemos de um mal que se agrava: a falta de acesso à decodificação da informação ainda é evidente. Não desenvolvemos ferramentas eficazes na superação dessas dificuldades de acesso. Cabe, aqui e agora, iniciarmos um

conjunto de pequenas ações diárias capazes de possibilitar, na esfera dos nossos grupos de ação, a consciência de que qualquer transformação social é, antes de tudo, uma transformação do sujeito em suas relações consigo mesmo e com os seus semelhantes.

Portanto, as relações de grupos de aprendizagem sejam talvez uma utopia para a superação de nossos condicionamentos, e, quiçá, a porta de acesso a um mundo mais igual, no qual as diferenças possam não mais ser entendidas como instrumento de segregação.

Agora é hora de retornarmos à Plataforma Virtual de Aprendizagem e realizar as atividades e leituras propostas.

Bom trabalho!



QUESTÕES PARA REFLEXÃO

Questão 1:

Estabeleça relações entre os conceitos de cultura popular e de cultura erudita. Comente a possibilidade de interação entre essas.

Questão 2:

Como a cultura pode ser instrumento de controle social? Comente.

Unidade 3

Cultura e o ensino das artes

Nesta última unidade, refletiremos sobre as interações dos estudos culturais e o ensino das artes na Educação Básica.

A partir do conceito de educação estética e dos seus objetivos, trabalharemos os conceitos de autoexpressão, observação e apreciação que determinam atividades de vital importância para a compreensão de um ensino da arte numa perspectiva inclusiva, em busca da constituição do ser sensível–perceptivo–cultural.

Partindo da educação estética, buscaremos compreender também o conceito de aprendizagem, centrado na vivência em grupo.

Assim, buscaremos não exatamente concluir nossa trajetória no desvelar dos aspectos e interações da cultura com o ensino da arte, mas, sobretudo, esperamos ao final desta unidade e deste material didático, ter contribuído como uma aproximação fenomenológica entre a educação estética e as práticas culturais.

CAPÍTULO 6

Artes Visuais: uma perspectiva inclusiva



[...] a concepção do discurso como fenômeno, ao mesmo tempo autônomo e determinado, obriga a análise a voltar-se para dentro, para o texto e para o contexto, para os mecanismos internos de agenciamento de sentido e para a formação discursiva que governa o texto. [...] o itinerário do discurso não se esgota no interior do próprio discurso, mas se projeta para a história. É preciso levar em conta o intertexto para ler o texto (FIORIN, 2001, p.36

Se o estudo dos antecedentes históricos, antropológicos e comunicacionais da cultura nos conduziu à verificação de que é necessário um investimento nas pequenas batalhas diárias, em detrimento das grandes causas que moveram a modernidade, podemos pensar que o ensino das artes tem um papel fundamental nesse novo caminho.

A arte educação pode e deve ser entendida, no sentido proposto por Herbert Read, como educação estética, como educação dos sentidos que habilita o homem a perceber-se como um ser ativo na constituição do mundo socialmente estabelecido. A educação visual ou plástica abrange todos os modos de expressão individual, abarcando a verbal (a literária e poética) e a musical, formando um enfoque único, integral da realidade e é determinada pela educação estética: *a educação de todos os sentidos sobre os quais a consciência se baseia, bem como a inteligência e a noção de indivíduo em busca da integração do homem ao ambiente em que está inserido.*

A educação estética é definida como a educação de todos os sentidos, da palavra e do pensamento.

O ponto de partida de Read é a ideia expressa por Platão de que a arte deveria ser a base de toda a educação, o princípio para todas as reflexões sobre sua importância e necessidade. Com base nesse princípio, estabeleceu o que são os objetivos do que entende por educação estética¹²:

a) a conservação da identidade natural de todos os modos de percepção e sensação;

b) a coordenação de diversos modos de percepção e sensação entre si e em relação com o meio ambiente;

¹² Em READ, Herbert. **Educación per el Arte**, pp. 55-57.

c) a expressão do sentimento de forma comunicável;

d) a expressão em forma comunicável de modos de experiência mental, de certo modo parcial ou totalmente inconscientes.

Para este desenvolvimento da educação dos sentidos do indivíduo são necessárias três atividades distintas e complementares:

a) a autoexpressão – necessidade inerente ao indivíduo de comunicar-se com o 'outro'; seus pensamentos, sentimentos e emoções;

b) a observação – desejo do indivíduo de registrar suas impressões sensoriais, de ampliar seu conhecimento conceitual, construir sua memória, elaborar coisas com as quais possa contar (experiência vivenciada) na execução de atividades práticas;

c) a apreciação – resposta à expressão do 'outro', aos valores do mundo sensível, sua reação qualitativa de auto-expressão e observação.

Essas três atividades são de vital importância para a compreensão da proposta de interações culturais e para a configuração do *ser sensível-perceptivo-cultural*. A educação por meio da arte deve ser uma educação para a constituição de um ser sensível e social, uma vez que essa possibilita ao homem experiências pessoais na sua percepção de estar no mundo, o que é de extremo valor para a sociedade, e possibilita-lhe ainda a consciência do

seu lugar e natureza na sociedade tecnológica e multicultural¹³ que se lhe é posta neste fim de século.

Podemos partir do pressuposto de que a arte, assim como a cultura, é uma atividade dinâmica. Quando uma criança desenha, pinta ou constrói um objeto em argila, passa pela experimentação de diversos processos para criação de uma estrutura concreta em nível mental, cuja significação não concreta (significado) é por sua vez a sua representação, expressão de sua percepção de algo pertencente à sua realidade concreta, expressão sensível do mundo natural. A criança se descobre, então, como indivíduo capaz de trazer ao mundo a sua própria representação do mundo e a dele mesmo, como ser inserido nesse mundo. Surge, então, a possibilidade da verificação de uma relativa interferência no sentido de transformar o meio social e cultural, posta a capacidade de interpretá-lo e de representá-lo.

6.1 Buscando interações por meio da educação estética

Nosso sistema educacional, ao qual a princípio se delegou uma grande parte da responsabilidade de transmissão da herança cultural da humanidade, parece ter se esquecido de que o principal legado da estruturação humana como grupo, a *célula máter* de toda a organização social, é o indivíduo crente em si mesmo, ser que interage com outros indivíduos num processo social de construção da realidade que se lhes apresenta. Desse modo, verifica-se um distanciamento dos objetivos da educação quanto à constituição do homem enquanto ser sensível, posto que a ênfase no processo de socialização por

¹³ Sociedade multicultural pode ser entendida como aquela que se constitui na diversidade e seus membros, admitindo que existam diversos padrões culturais em interação no contexto social.

essa realizado centra-se na construção da dimensão social em detrimento da compreensão também da unidade psicológica. Consequentemente, não há muito investimento no desenvolvimento da percepção para o entendimento individual do mundo sensível, mas enfatiza-se o caráter coletivo, grupal das relações sociais que constituem o indivíduo.

O modo como o atual sistema educacional está pensado apresenta certo comprometimento ideológico com a manutenção de uma estrutura social baseada na diferença e no domínio de um grupo social sobre os demais, disfarçado de atitudes progressistas. Associado aos baixos salários dos professores e à péssima estrutura das escolas, o sistema educacional tem feito com que a educação das classes menos favorecidas flutue entre a reprodutibilidade e o mero descaso em relação ao seu papel social. Portanto, é preciso encontrar meios para a ruptura desse ciclo vicioso por meio do qual a educação vem afastando o homem de si mesmo, colocando-o distante da sua compreensão de agente criador no mundo.

Em nosso sistema educacional, damos, realmente, ênfase aos valores humanos? Ou estamos tão ofuscados pelas recompensas materiais que não logramos reconhecer que os verdadeiros valores da democracia residem no seu mais precioso bem: o homem enquanto indivíduo (LOWENFELD; BRITTAIN 1970, p. 15).

São esses valores humanos que o ensino das Artes, ou por meio das Artes, associado aos estudos e pesquisas culturais, pode fazer emergir. É óbvio que isso não será a solução que salvará a humanidade do grande desastre que vem fazendo a si mesma, mas poderá talvez lembrar, trazer de volta ao homem, a crença na transformação de si mesmo e do seu meio.

Interações Culturais

Lembrar-lhe de suas aptidões, de sua capacidade de interrogar, de procurar respostas, de descobrir forma e ordem, de repensar, de estruturar e encontrar novas relações que possam ser ensinadas — embora muitas escolas pareçam negligenciar isso.

Neste sentido, a arte educação, integrada ao processo educativo, pode significar uma ponte sob o fosso dos valores da educação e da sociedade atuais, estabelecendo-se como fonte para a estruturação de uma experiência criadora, bem como de um indivíduo criador e flexível, individual e socialmente pleno; um indivíduo que se compreende em interação com os outros, com o meio e com sua cultura, sem os quais estaria comprometida sua própria identidade.

Um dos ingredientes básicos de uma experiência artística criadora é a relação entre o artista e o meio. Pintar, desenhar são processos constantes de assimilação e projeção: absorver através dos sentidos, uma vasta soma de informações, integrá-los no eu psicológico, e dar uma nova forma aos elementos que parecem ajustar-se às necessidades estéticas do artista neste momento (LOWENFELD; BRITTAIN, 1970, p. 15).

Essa interação artista/meio é fundamental, é um elemento básico para qualquer experiência de aprendizagem; é um processo necessário para o desenvolvimento da capacidade criadora, da capacidade de *aprender* o mundo.

Para tal, é preciso que se esteja atento às condições da realidade nas quais tal indivíduo está inserido. A proposta metodológica aqui sugerida para o ensino da arte prima pela interação do indivíduo a partir de sua

constituição social, o que pode ser facilitado pelos processo de ação educativa centrada nos chamados grupos de aprendizagem.

Agora é hora de retornarmos à Plataforma Virtual de Aprendizagem e realizar as atividades e leituras propostas.

Bom trabalho!

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

Questão 1:

Como pode ser definido o conceito de ser sensível–perceptivo–cultural? De que modo esse conceito pode ser fundamental para a educação inclusiva?

Questão 2:

Comente a afirmativa: a educação estética pode se colocar como elemento inclusivo na educação, podendo, inclusive, até mesmo transormando a percepção da realidade e o próprio meio.

Grupos de aprendizagem: interações possíveis

O ser sensível–perceptivo–cultural contém na sua estrutura tanto a dimensão pessoal — dada na expressão de si mesmo —, quanto a dimensão social — dada na expressão de uma consciência como ser social, inserido numa ação coletiva de construção de uma identidade social, expressa a partir da experiência com/do “outro”, na constituição do estar perceptiva e significativamente no mundo sensível. O desenvolvimento da consciência de estar no mundo, bem como de estar em contato com todas as coisas materiais ou não que se apresentam aos sentidos em nível do sensível, carece da interação do ser sensível–perceptivo–cultural com o mundo e suas coisas. Esta interação é fundamental para que o perceber-se no mundo seja dado por meio da própria vivência, a qual possibilita um processo de cognição do mundo pela experiência de estar no mundo, inserido em um contexto compartilhado e inteligível já que somos seres culturalmente instituídos (CIRILLO, 1999).

No caminho desse percurso em busca da compreensão da cultura como elemento fundamental para a construção de uma sociedade mais transparente e com perspectivas de superação das ideologias que segregam,

Interações Culturais

propomos um percurso ao professor de artes na rede de ensino, seja formal ou não formal, centrado nas relações interativas entre o sujeito e seu meio, sua cultura. Não identificamos essa reflexão como uma metodologia, mas como uma proposição educativa cujo objetivo é nortear a reflexão de cada um dos profissionais que atuam na educação estética.

Para tanto, consideramos fundamental refletir sobre os procedimentos de aprendizagem centrados na constituição do conceito de grupo, muito familiar à nossa compreensão de cultura, porém, aparentemente muito distante da ideia dominante de educação.



Aprendizagem centrada na vivência do grupo

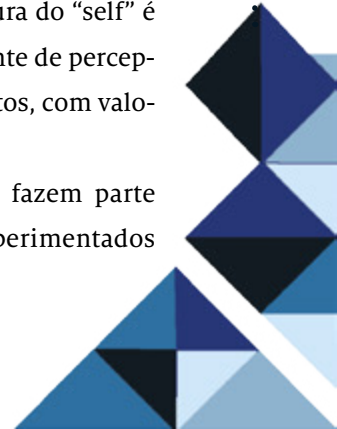
A proposta de ação educativa do professor de artes aqui sugerida, que busca a constituição de relações interativas entre a expressão e a cultura, está centrada na busca de compreensão do comportamento humano, a partir da compreensão do próprio ser sensível como fonte; referência primeira de suas próprias experiências, de seus sentimentos e emoções, bem como resultante também da interação desse ser sensível com o “outro”, também sensível, no processo de constituição de uma ação coletiva e social, expressa num mundo em constante movimento.

Nessa proposição, apontamos como condições mínimas a percepção de que cada indivíduo deve ser pensado em sua totalidade biológica, psicológica e social. O ponto de partida está na compreensão da ação humana como fenômeno inserido na cultura já que não podemos, pelo que foi trabalhado anteriormente, compreender o humano deslocado do conceito de cultura. Partiremos sempre do indivíduo, porém conduziremos sua percepção para seus aspectos coletivo e social

Uma ação educativa de base fenomenológica

Milhollant (1978) aponta as seguintes considerações de Rogers sobre sua teoria de Terapia Centrada na Pessoa da qual derivam noções de uma educação cujo devir está na busca de entendimento, compreensão e satisfação das ansiedades de cada indivíduo:

- a) cada indivíduo existe em um mundo de experiência, continuamente mutável, no qual ele é o centro;
- b) o organismo reage ao campo como ele é experimentado e percebido e esse campo perceptual é, para o indivíduo, sua realidade;
- c) o organismo reage como um todo organizado a esse campo fenomenal;
- d) o organismo tem uma tendência e um empenho básico: realizar, manter e aceitar o organismo experimentador;
- e) comportamento basicamente é a tentativa do indivíduo, para o objetivo dirigido do organismo, em de satisfazer sua necessidade como é experimentado no campo percebido;
- f) emoção acompanha e, em geral, facilita cada objetivo dirigido do comportamento, e a espécie de emoção se relaciona com a busca, versus aspectos consumatórios do comportamento, em que a intensidade da emoção se relaciona com a significação percebida do comportamento para manutenção e aceitação do organismo;
- g) o melhor ponto de observação para compreender comportamento é a estrutura interna de referência do próprio indivíduo;
- h) uma porção do campo perceptual total torna-se gradualmente diferenciada como o “self” — ênfase nos processos de mudança e desenvolvimento;
- i) como resultado da interação com o ambiente e, particularmente, como resultado de interações avaliadas com outra, a estrutura do “self” é formada — um padrão conceptual organizado, fluido, coerente de percepções, de características e relações do “eu” ou “para mim” juntos, com valores ligados a esses conceitos;
- j) os valores ligados à experiência e aos valores que fazem parte da estrutura do “self”, em alguns casos, são valores experimentados



diretamente pelo organismo e em alguns casos, são introjetados ou tirados de outros, mas percebidos de maneira distorcida como se tivesse sido experimentados diretamente;

k) à medida que experiências ocorrem na vida do indivíduo, elas são:

a) simbolizadas, percebidas e organizadas em alguma relação com o “self”;

b) ignoradas porque não há relação percebida com a estrutura do “self”, ou

c) negada simbolização ou dada uma distorção simbólica porque a experiência é incompatível com a estrutura do “self”;

l) as mudanças de comportamento adotadas pelo organismo são, em sua maioria, aquelas compatíveis com o conceito de “self”;

m) comportamento pode ser em alguns casos resultado de experiências e necessidades orgânicas que não foram simbolizadas. Esse comportamento pode ser incompatível à estrutura do “self”, mas em tais casos não é admitido pelo indivíduo;

n) existe um desajustamento psicológico quando o organismo nega experiências sensoriais e viscerais significativas à percepção, que consequentemente não são simbolizadas e organizadas na Gestalt da estrutura do “self”. Quando situação acontece há uma tensão psicológica básica ou potencial;

o) existe ajustamento psicológico quando o conceito do “self” é tal, que todas as experiências sensoriais e viscerais do organismo são ou

podem ser assimiladas em nível simbólico numa relação compatível com o conceito do “self”;

p) qualquer experiência que seja incompatível com a organização ou estrutura do “self” pode ser percebida como uma ameaça e quanto mais existirem essas percepções, mais rigidamente a estrutura do “self” é organizada para manter-se;

q) em outras condições, envolvendo primariamente ausência completa de qualquer ameaça à estrutura do “self”, experiências que são incompatíveis com ela podem ser percebidas e examinadas, e a estrutura do “self” pode ser revisada para assimilar e incluir tais experiências;

r) quando um indivíduo percebe e aceita um sistema coerente e integrado — todas as suas experiências sensoriais e viscerais — ele é necessariamente mais compreensivo em relação aos outros e mais os aceita como indivíduos separados;

s) à medida que o indivíduo percebe e aceita em sua estrutura do “self” sua experiência orgânica, acredita que está substituindo seu sistema presente de valor — baseado muito grandemente em introjeção que foi deformadamente simbolizada — por um contínuo processo de valor orgânico.



Pontos de um devir teórico sobre a vivência em grupo

Os princípios de uma formação educacional centrada no aluno, no *ser sensível-perceptivo-cultural*, e voltada para os pressupostos de uma concepção de trabalho interativo em grupo podem ser entendidos, tomando no trabalho de Blanco (1982, p. 71–77) as características fundamentais para a constituição de um grupo de aprendizagem, baseado num processo mútuo de constituição da experiência:

a) a oficina como espaço livre para a exploração da significação da realidade social e pessoal;

b) o comportamento humano integral envolve congruência entre o pensamento, o sentimento e a ação da pessoa em integração, que se dá através da liberdade pessoal e interpessoal de autoexpressão, discussão, debate e tomada de decisão numa interação humana;

c) a educação se realiza por meio do diálogo entre o grupo, num processo que inclui ação transformadora de aspectos da realidade concreta e a reflexão crítica sobre tal ação e a realidade. Nesse sentido, o processo educacional envolve a pessoa do aluno, seu autoconceito e percepção do mundo social;

d) a extirpação de modelos pré-estabelecidos, o que gera uma ansiedade¹⁴ (tanto individual como social) que é pré-requisito para a mudança;

¹⁴ Ao nível individual, ela (a ansiedade) gera reações de defesa e fuga que podem ser transformadas, no ambiente grupal, em manifestações de capacidade criativa e construtiva da pessoa. No grupo, a ansiedade individual inicia o processo de aceitação mútua e o clima democrático do grupo. (DOXSEY, 1983, p. 10)

e) a existência na pessoa do aluno de uma motivação intrínseca que o conduz/faz mover-se em direção ao que o ajude a satisfazer suas necessidades e a desenvolver suas capacidades construtivas como ser humano;

f) o ser humano é um organismo essencialmente ativo e construtivo. A passividade, o estereótipo e a destrutividade são reações defensivas de causas psicológicas e sociológicas;

g) o método, a técnica ou a metodologia na abordagem centrada no aluno são basicamente a interação da pessoa do professor com as pessoas dos alunos. No grupo é a interação de todos os participantes. (DOXSEY, 1983, p. 12). O processo educacional é um processo de ajuda em função de facilitar o crescimento do outro;

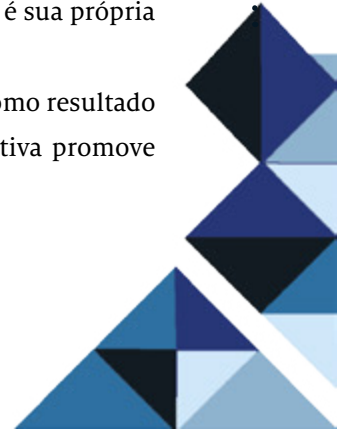
h) ao professor/facilitador é necessário certo grau de disposição para mudança e transformação pessoal; que tenha consciência de como seu estado emocional/afetivo afeta o seu trabalho e, principalmente, que tenha reconhecimento sobre suas limitações, não centrando o ensino na sua pessoa.

Doxsey (1983, p. 13–14) resume esta abordagem centrada no aluno (ACA) e na interação com o grupo em três pontos básicos:

a) visa à relação educacional como meio — é ao mesmo tempo: conteúdo e meio;

b) reconhece a pessoa do professor como método — o professor é livre para tornar-se recurso do grupo, e muitas vezes este recurso é sua própria pessoa e sua interação honesta e autêntica com o grupo;

c) visa à pessoa do aluno e sua transformação integral como resultado — ‘A interação grupal em busca da aprendizagem significativa promove oportunidades para o crescimento pessoal e interpessoal’.



Esses são, no conjunto, os pressupostos de uma proposição educativa centrada na experiência vivencial do *ser sensível–perceptivo–cultural*; um ser psicossocialmente pleno e capaz de encontrar suas motivações na sua própria ansiedade que o define como tal.

O grupo deverá ser entendido como um organismo social vivo, caracterizado pela igualdade entre os integrantes, um grupo em movimento, cujos componentes não se expressam apenas por uma somatória quantitativa de tarefas, inventos ou descobertas, mas como um complicado emaranhado de relações intra e interpessoais e desses para com o mundo que os circunscreve, o qual é cheio de contradições internas que colocam o todo do corpo social em movimento, buscando uma autogestão (LAPASSADE, apud LANE, 1986, p. 4).

Diferentes noções de grupo

O grupo, como célula facilitadora da aprendizagem, vem sendo estudado desde meados do século xx. Diversos autores atestam sua importância no processo de aprendizagem e como constituição social do indivíduo.

LANE (1986, p. 78–98) estabelece algumas premissas teóricas sobre os processos grupais de pequenos grupos sociais, buscando a compreensão da sua dinâmica interna, da interdependência tanto da tarefa a ser desenvolvida quanto em relação aos demais membros do grupo. Segundo a autora, existem duas vertentes na análise do grupo.

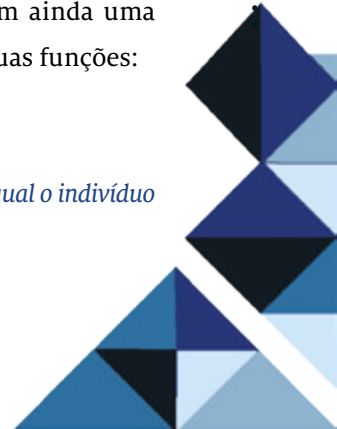
Na primeira, vinculada aos estudos de K. Levin, aparecem os conceitos de coesão, liderança e pressão de grupo. Esse tipo de grupo expressa-se como reprodutor do sistema social mais amplo no qual está inserido. Sua função é definir papéis, bem como a identidade social dos indivíduos integrantes, garantindo assim sua reprodutibilidade social. Esse é um tipo a-histórico de grupo e fruto, portanto, de uma sociedade também a-histórica. Numa segunda vertente, encontram-se autores que procuram analisar os processos grupais e suas inserções institucionais. Para esses, o grupo seria uma mediação necessária entre o indivíduo e a sociedade. A partir das duas vertentes surgem algumas definições de grupo, apresentadas pela autora (LANE, 1986), segundo ela:

Para Loureau, os grupos se caracterizam em *grupo–objeto*, cuja segmentaridade se dá de forma a manter os indivíduos justapostos em uma coerência absoluta (é o caso das seitas ou bandos); e em *grupo–sujeito*, no qual se percebe a mediação institucional objetiva e conscientemente.

Para Calderón, grupo “é uma relação entre duas ou mais pessoas que se processa através de ações”. A interação desse grupo se realiza em função de suas necessidades materiais e/ou psicossociais e visa à produção de suas satisfações; e que se realiza na cooperação entre os membros.

Em outro livro, Bradford et al. (1964), *T-group Theory and Laboratory Method*, realizam um estudo dos processos envolvidos na pesquisa psicológica e sociológica de pequenos grupos, apontam no grupo uma importante ligação entre o individual e a estrutura social. Trazem ainda uma concepção de grupo como meio para o estabelecimento de duas funções:

- a) a reeducação do indivíduo;
- b) a facilitação das mudanças na estrutura social da qual o indivíduo depende.



Assim, o grupo pode ser usado no sentido de reabilitar o indivíduo e de reconstruir o meio social. Para tal, faz-se necessário que esse se mantenha “vivo”, atento às necessidades dos seus integrantes, no que concerne ao desenvolvimento pessoal, bem como atento para perceber as necessidades de reconstrução e de melhoria do meio em que se está inserido.

Pichon–Rivière (1988) define grupo como um conjunto restrito de pessoas ligadas entre si por constantes de tempo e espaço, articulado por sua mútua representação interna, e que se propõe de forma explícita ou implícita uma tarefa que constitui sua finalidade, interagindo por meio de complexos mecanismos de atribuição e assunção de papéis.

Assim, independentemente da teoria que fundamenta a conceituação de grupo, tanto as tradicionalistas como as mais críticas atribuem-lhe uma relação direta com a constituição da identidade social do indivíduo. Para alguns, essa relação é expressa na consolidação de papéis previamente estabelecidos por uma ordem universal, coerciva e externa; para outros, tem caráter fundamental e mediador da transformação social.

É a nesse segundo bloco a que este estudo se filia, buscando compreender o grupo como um elemento fundamental na constituição da identidade social, construída conjuntamente com a dimensão psicológica de cada integrante do grupo. Para tal, parte-se da ideia de que a interação no grupo é conseguida a partir do compartilhamento das experiências vividas e vivenciadas pelas partes que compõem o grupo na construção de uma identidade psicossocial.

O grupo se transforma em uma empresa cujo negócio é a cura de seus membros através do esclarecimento de todos (PICHON–RIVIÈRE, 1988, p. 36).

Assim, a proposição metodológica que aqui se expressa parte da vivência de experiências significativas para cada indivíduo, bem como da experiência vivenciada individualmente por eles na interação e constituição de uma realidade conjunta e significativa para todos. Resumido: parte daquilo que é particularmente compartilhado pelo grupo como um todo, ou seja, a CULTURA, as interações possíveis desse campo comum que agrega os diferentes sujeitos em grupos e que, apesar de suas diferenças, são entendidos como coautores da realidade social circunscrita.

Agora é hora de retornarmos à Plataforma Virtual de Aprendizagem e realizar as atividades e leituras propostas. Por meio dessas novas atividades, lançaremos as bases para um trabalho de ensino das artes, pautado na perspectiva dos estudos culturais.

Bom trabalho!



QUESTÕES PARA REFLEXÃO

Questão 1:

Comente o conceito de grupos de aprendizagem e como eles podem se configurar como elemento facilitador do processo de ensino-apre

Questão 2:

À luz dos conceitos de cultura apresentados: de ensino da arte e grupos de aprendizagem, comente sobre o papel do professor de arte como agente de transformação social.

Bibliografia

ABBGANANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Trad. Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000

ADORNO, Theodor W. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002

BAITELLO JUNIOR, Norval. *O homem que parou os relógios*. São Paulo: Anablume, 1992. BENJAMIN, W. *Obras escolhidas – Magia e técnicas, arte e política*. São Paulo. Brasiliense, 1985.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. 2. ed. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BLANCO, Ricardo. *Docencia universitaria y desarrollo humano*. Mexico: Alhambra Mexicana, 1983. s/p.

BRITAIN, W.L.; LOWENFELD, Viktor. *Desenvolvimento da capacidade criadora*. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Janela da alma, espelho do mundo*. In: AGUIAR, Flávio et al. *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p 31–64.

CIRILLO, José. *Uma visão psicossocial do ensino da arte*. Farol, Vitória: Ufes, n. 1, ano 1, p. 86–100, 1999b.

_____. *Pela Fresta: memória como matéria no processo de criação de Shirley Paes Leme*. Farol, Vitória: Ufes, ano 3, n.3, p. 61–73, 2002.

COLOMBO, Fausto. *Os arquivos imperfeitos*. Tradução de Beatriz Borges. São Paulo: Perspectiva. 1991.

CONH. *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Nacional, 1977.

DOXSEY, Jaime Roy. *A sala de aula universitária como comunidade de aprendizagem e contexto psicossociológico para a mudança*. Trabalho apresentado no Seminário de Pesquisa e Educação, Campinas, 1983.

ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

FIORIN, J.L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: s/Ed. 2001.

FISCHER, Ernest. *A necessidade da arte*. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

FOUCAULT, M. *Isto não é um cachimbo*. São Paulo: Paz e Terra, 1989

KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*. Tradução de Maria Margarida Barahona. São Paulo: Edições 70, 1999.

KEESING, Roger. *Custom and confrontation*. Chicago: University Press, 1993.

KROEBER, ALFRED L. *A Natureza da cultura*. Lisboa: Edições 70, 1993.

LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia geral*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1996. p. 104–122.

LARRAIA, Roque de Barros. *Cultura um conceito Antropológico*. 19 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

LANE, T. M. *O processo grupal*. In: CODO, W. & LANE, S. *Psicologia social: o homem em movimento*. 4ª ed. São Paulo : Brasiliense, 1986. p. 78–98.

LÈVI-STRAUSS, C. *Tristes Trópicos*. Lisboa: Edições 70, 1993.

LOTMAN, Iuri. *La memoria a la luz de la culturologia*. Revista Critérios, La Habana, Cuba, 1994.


LEYMOND, B. *Le development social de l'enfant et le adolescent*. Bruxelles: Dessart, 1965. NUNES, C; CABRAL, A.M. In BETHANIA, M. *Imitação da Vida*. São Paulo: EMIMUSIC LTDA, 1996.2 cd's sonoros.CD2, faixa 2.

OSTROWER, Fayga. *Universos da arte*. 7 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1991. 358 p. _____. *Criatividade e processos de criação*. 12 ed. São Paulo: Vozes, 1986, 187 p.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. *O processo grupal*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988, 181p.

PIRES FERREIRA, Jerusa. *Cultura é memória*. In: REVISTA USP, nº 24, sem data. _____. *Armadilhas da memória*. São Paulo: Saraiva, 2004.

READ, Herbert. *As origens da forma na arte*. 2 ed. São Paulo: Zahar, 1981, 201 p. _____. *Arte e Alienação*. São Paulo: Zahar, 1983, 156 p.



____. *Educacion por el arte*. 2 ed. Buenos Aires: Paidós, 1959, 341p.

REALE, Miguel. *Paradigmas da cultura contemporânea*. São Paulo: Saraiva, 1996.

SANTAELLA, Lúcia. *Comunicação e pesquisa*. São Paulo: Hacker Editores, 2001a.

____. *A construção da imagem na Mídia*. Farol, Vitória, ano 2, n. 2, p. 8–12, 2001b.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. 11. ed. Tradução de Oliveira Santos e Ambrósio de Pina. Petrópolis: Vozes, 1992.

SANTOS, J.L. *O que é cultura?* São Paulo: Brasiliense, 1983.

TADIÉ, Jean-Yves; TADIÉ, Marc. *Le sens de la mémoire*. Paris: Gallimard, 1999.

TOMAZZI, Nelson (Coord.). *Iniciação à sociologia*. São Paulo: Atual, 1993.

VEIGA NETO, A. (Org.). *Crítica pós-estruturalista e educação*. Porto Alegre: Sulina, 1995, 123 p.

VELHO, Gilberto. *Desvio e divergência*. São Paulo: Jorge Zahar, 1999.

Sobre o autor

É pesquisador vinculado ao GEPPC/LEENA-UFES (grupo de pesquisa em Processo de Criação); Professor Permanente do Programa de Mestrado em Artes da UFES e artista plástico. Possui graduação em artes pela Universidade Federal de Uberlândia (1990), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (1999) e doutorado em Comunicação e Semiótica pela Pontífica Universidade Católica de São Paulo (2004). Atualmente é professor Adjunto da Universidade Federal do Espírito Santo. Desenvolve pesquisas na área de Artes Visuais e Ensino da Arte com linhas de pesquisa em “memória e cultura”, “Arte Pública” e “process de criação”. É editor da Revista Farol (issn 1517-7858) e membro do conselho científico da Revista Manuscrita (issn 1415-4498). Foi diretor do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo de maio de 2005 a janeiro de 2008. Atualmente é Pró-reitor de Extensão da UFES.